

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RENATA ANDRADE DE OLIVEIRA

**Cultura Política e Gênero na América Latina:**  
estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina

Maringá  
2015

RENATA ANDRADE DE OLIVEIRA

**Cultura Política e Gênero na América Latina:**  
estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientação: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Ednaldo Aparecido Ribeiro

Maringá  
2015

## *DEDICATÓRIA*

*Aos meus pais que possuem historias que me inspiram a ter coragem e força para superar todos os obstáculos, e continuar a trilhar as batalhas da vida; espero nunca decepcioná-los.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado o dom da vida, da saúde e da felicidade, e que a cada dia me surpreende ao me conceder inúmeras bênçãos, em especial, a minha família;

A minha mãe, Valdelice Andrade de Oliveira, que é símbolo de superação e garra e meu modelo de mulher;

Ao meu pai, Jeová José de Oliveira, homem de fé, trabalhador e correto, que me ensina que fazer parte do mundo é sermos responsáveis com nós mesmo, mas também com os demais;

Aos meus irmãos, Rafaela Andrade de Oliveira e Rafael Andrade de Oliveira, que mesmo estando longe sempre acreditaram no meu potencial e por isso, me apoiaram e me incentivaram a dar o melhor de mim;

Ao meu orientador, Ednaldo A. Ribeiro, que me ajudou a explorar cada vez mais os meus conhecimentos e a desenvolver toda essa dissertação, e pela confiança demonstrada ao meu trabalho;

Aos meus colegas, pelas experiências do cotidiano que me fizeram amadurecer e crescer;

Aos meus professores, por dividirem comigo seu conhecimento e experiências que serão essenciais na minha formação pessoal e profissional;

E por fim, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela oportunidade que me fez crescer como pesquisadora.

## **Cultura Política e Gênero na América Latina:** estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina

### **RESUMO**

Ao longo do último século, as sociedades contemporâneas têm vivenciado o desenvolvimento de atitudes mais igualitárias em relação aos papéis sociais de homens e mulheres por meio das transformações do estilo de vida, da família, do trabalho e da esfera pública. Em razão dessas mudanças, as pesquisas acadêmicas se tornaram mais atentas à situação das mulheres nas democracias atuais, preocupando-se, principalmente, com a compreensão das relações dinâmicas entre os direitos civis e as estruturais sociais, tendo em vista a necessidade de fortalecer políticas igualitárias. De uma forma geral, essas investigações têm demonstrado que, apesar de significativos avanços, ainda existe um grave quadro de sub-representação política das mulheres em escala global. As causas apontadas para essa desigualdade entre os gêneros são de várias ordens, incluindo a cultural. Em razão disso, o objetivo principal da pesquisa que apresentamos foi verificar se a recente mudança na cultura política na América Latina, em direção ao reforço do apoio à democracia, tem sido acompanhada de atitudes mais igualitárias em relação à participação feminina na política. Para tanto, foram utilizados os dados produzidos pelo WVS e pelo LAPOP, e ao longo dos anos, observamos que os latinos americanos estão apresentando atitudes mais igualitárias em relação às mulheres, principalmente, no que diz respeito à política. Além disso, os dados apontaram que a cultura política desses indivíduos está cada vez mais direcionada para atitudes e comportamentos condizentes com valores democráticos. Sendo assim, pautados nesses resultados, procuramos investigar se os valores de uma cultura política democrática estariam relacionados com as percepções e atitude dos cidadãos sobre o envolvimento das mulheres na política.

**Palavras-chaves:** Cultura Política. Democracia. Gênero. Sub-representação. América Latina.

## **Political Culture and Gender in Latin America:** study of subjective dimensions of the sub-representation of women

### **ABSTRACT**

Over the last century, contemporary societies have experienced the development of more egalitarian attitudes towards the social roles of men and women through lifestyle changes , family , work and the public sphere . Because of these changes , the academic research have become more attentive to the situation of women in today's democracies , concerned primarily with understanding the dynamic relationships between civil rights and social structural , given the need to strengthen egalitarian policies . In general, these investigations have shown that, despite significant advances, there is still a severe political policy sub- frame representation of women on a global scale. The causes given for this gender inequality are of various orders, including cultural. As a result, the main objective of the research was to determine whether the recent change in the political culture in Latin America, towards the strengthening of support for democracy, has been accompanied by more egalitarian attitudes towards women's participation in politics. Therefore, the data produced by the WVS and the LAPOP were used, and over the years we found that Latin Americans are showing more egalitarian attitudes towards women , especially with regard to politics. In addition, the data indicated that the political culture of these individuals is increasingly directed to attitudes and behaviors consistent with democratic values. Thus, guided by these results, we investigated whether the values of a democratic political culture would be related to the perceptions and attitudes of citizens about the involvement of women in politics.

**Keywords:** Political Culture. Democracy. Gender. Sub-representation. Latin America.

## LISTA DE TABELA

Tabela 1. Porcentagem de Mulheres nos Parlamentos por Região - 1997-2013.....	15
Tabela 2. Porcentagem de Mulheres nos Parlamentos Nacionais da América Latina – 1997-2014.....	15
Tabela 3. Porcentagem de Mulheres nos Gabinetes Ministeriais na América Latina – 1990-2013.....	16
Tabela 4. Porcentagem de Mulheres nas Supremas Cortes da América Latina – 1990-2013.....	16
Tabela 5. “O senhor (a) acha que uma mulher tem de ter filhos...” América Latina 1990-2010.....	53
Tabela 6. “Se uma mulher quer ter uma criança como mãe solteira, mas ela não quer...” América Latina 1990-2012.....	54
Tabela 7. “Homens possuem mais direito a empregos...”, América Latina 1990-2012.....	56
Tabela 8. “Fazer faculdade é mais importante para homens é mais importante...”, América Latina 1990-2012.....	57
Tabela 9. “Homens são melhores líderes políticos...” América Latina 1990-2012.....	58
Tabela 10 - Golpe Militar – Frente ao desemprego, América Latina 2004 -2012.....	60
Tabela 11 - Golpe Militar – Frente muita delinquência, América Latina 2004 -2012.....	61
Tabela 12- Golpe Militar – Frente muita corrupção, América Latina 2004 -2012.....	62
Tabela13- Normativa ao voto, América Latina 2004 -2012.....	63
Tabela 14 - Participação de todos, América Latina 2004 -2012.....	64
Tabela 15 - Partidos políticos , América latina 2004 -2012.....	65
Tabela 16. Análise Fatorial para Variáveis sobre Democratismo.....	67
Tabela 17. Associações entre Democratismo e Disposições favoráveis ao empoderamento político feminino, América latina, 2012.....	68
Tabela 18. Regressão Logística para apoio ao empoderamento político feminino – modelo 1.....	69
Tabela 19. Regressão Logística para apoio ao empoderamento político feminino – modelo 2.....	69

Tabela 20. Regressão Logística para apoio ao empoderamento político feminino – modelo 3.....	69
Tabela 21. Regressão Logística para apoio ao empoderamento político feminino – modelo 4.....	69

## LISTA DE SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

FEM - Fórum Econômico Mundial

GDP - Gross Domestic Product (Produto Interno Bruto)

IPU – Inter- Parliamentary Union

LAPOP – Latin American Public Opinion Project

SPSS – Statistical Package for The Social Sciences

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

WVS – World Values Survey

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: CENÁRIO MUNDIAL E EXPLICAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
2.1 CENÁRIO MUNDIAL .....	13
2.2 A MULTICAUSALIDADE DA SUB-REPRESENTAÇÃO.....	18
<b>3 CULTURA POLÍTICA E DESIGUALDADE DE GÊNERO.....</b>	<b>23</b>
3.1. ABORDAGEM CULTURALISTA.....	24
3.2. DEMOCRATISMO.....	30
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>39</b>
4.1 PROBLEMAS E HIPÓTESES.....	39
4.2 DADOS E VARIÁVEIS.....	41
4.3 MÉTODOS E TÉCNICAS.....	49
<b>5 CULTURA POLÍTICA E DISPOSIÇÕES FAVORÁVEIS À IGUALDADE DE GÊNERO.....</b>	<b>52</b>
5.1 IGUALDADE DE GÊNERO.....	53
5.2 DEMOCRATISMO.....	60
5.3 DEMOCRATISMO E IGUALDADE DE GÊNERO.....	66
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE METODOLÓGICO A –Variáveis de Gênero .....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE METODOLÓGICO B – Variáveis de Democratismo.....</b>	<b>82</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Nas recentes discussões sobre os fatores que condicionam a qualidade dos regimes democráticos contemporâneos, alguns autores têm chamado a atenção para o tema da sub-representação política das mulheres (Norris, 2011). Diferentes fontes de dados, como o Inter-Parliamentary Union (IPU), o Fórum Econômico Mundial (FEM) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) têm demonstrado persistentes disparidades na distribuição do poder político entre homens e mulheres. Ainda que mudanças importantes tenham ocorrido nesse quadro de desigualdade nas últimas décadas, estamos distantes de uma situação de igualdade ou de favorecimento do empoderamento feminino.

Em se tratando de América Latina, a situação das mulheres não é diferente do cenário mundial. A maioria dos países dessa região não conseguiu nos últimos anos que um quarto dos assentos parlamentares fosse preenchidos por mulheres. E países que nas últimas décadas estão se consolidando como potências mundiais, como Argentina, Brasil e Uruguai, demonstraram dados ainda mais alarmantes, enquanto que países com menor destaque estão consolidando parlamentos paritários, , caso da Nicarágua e Equador.

Todo esse cenário de desigualdade se apresenta como uma contradição diante dos últimos anos de história, com maiores desenvolvimentos socioeconômico e consolidação de regimes democráticos. Deste modo, a América Latina se torna interessante objeto de observação, pois conta com essa situação paradoxal, e tentar compreendê-la será uma contribuição para o entendimento do funcionamento dos condicionantes da falta de mulheres na política.

O cenário da sub-representação feminina tem alimentado o debate sobre as potencialidades e os limites de medidas institucionais, como a política de cotas para promover a inclusão das mulheres nas instâncias de decisão, e também, sobre em que medida o desenvolvimento econômico atua como fator explicativo para esse quadro. Em todos os casos, as desigualdades encontradas na representação política dos gêneros constituem sérios entraves para a vitalidade das democracias contemporâneas, limitando e condicionando o avanço da promoção da igualdade de gênero em outras áreas da vida social. Por isso mesmo, o tema da sub-representação política de determinados grupos que historicamente sofreram opressões e ocuparam posições desvantajosas na sociedade, dentre os quais as mulheres, estruturou, mais recentemente, um campo pujante de pesquisas no interior das ciências sociais. Particularmente porque o fenômeno obriga, muitas vezes, a construção de abordagens que levem em conta as

relações constitutivas entre a política e a cultura, o que desafia o diálogo entre técnicas de pesquisa, conceitos e teorias oriundas de diferentes campos disciplinares.

Com a intenção de contribuir para a compreensão desse complexo fenômeno, essa dissertação buscou dialogar com a teoria culturalista e a teoria democrática contemporânea, no intuito de verificar como estas têm se posicionado sobre as razões para a falta de mulheres nos cargos eletivos. Assim, nosso ponto de partida são as afirmações de autores vinculados aos estudos sobre mudança cultural (Inglehart, 1990, Inglehart & Welzel, 2005, Inglehart & Norris, 2003), que associam disposições mais favoráveis à igualdade entre gêneros a mudanças mais gerais nas prioridades valorativas individuais.

A partir dos trabalhos de Ronald Inglehart e seus vários colaboradores, publicados ao longo de mais de três décadas de um ambicioso projeto iniciado com o pioneiro *The Silent Revolution* (1977), é possível estabelecer como pressuposto inicial a disseminação de uma cultura política mais democrática e voltada para a auto-expressão dos indivíduos nos cenários políticos nacionais e internacionais. O respeito à diversidade de posturas e projetos políticos, bem como a defesa da maior representação de minorias seriam componentes importantes dessa nova cultura política e congruentes com processos de democratização. No livro *Rising Tide* (2003), o próprio Inglehart, em parceria com Pippa Norris, vão defender a existência da relação entre o empoderamento feminino e tais mudanças mais gerais na cultura política.

A pesquisa desses últimos autores trouxe um olhar diferente para os estudos da desigualdade entre os gêneros, principalmente, no que diz respeito à sub-representação feminina, uma vez que posiciona a cultura política como importante dimensão a ser explorada para se tentar entender a falta de mulheres na política. Posicionando essa dimensão condicionante no centro da nossa discussão, passamos a utilizá-la como referencial analítico, e como se trata de um aspecto que pode ser entendido por diferentes ângulos, escolhemos nos pautar em sua dimensão valorativa: o apoio normativo à democracia.

A preocupação com o apoio aos valores democráticos passou a ser um dos principais temas de pesquisa atualmente. Por meio do trabalho de Easton (1975), desenvolve-se uma linha de pesquisa que busca mensurar o apoio abstrato aos valores e princípios democráticos. Neste sentido, baseados nessas afirmações, procuramos investigar quais os possíveis relacionamentos entre mudanças nos valores políticos e suas disposições em relação ao tema da mulher na política. Mais especificamente, focalizamos o democratismo manifesto pelo público latino americano como traço representativo da cultura política e buscamos analisar

como essa adesão normativa ao sistema democrático se relaciona com disposições relativas ao empoderamento político feminino.

Em torno disso, essa dissertação dividiu-se em três capítulos. No primeiro, apresentamos o cenário da representação feminina nas regiões em torno do globo, mas nos dedicamos especialmente à análise longitudinal da América Latina nos setores judiciário, legislativo e executivo. Ainda nesse capítulo, expomos as abordagens que buscam explicar a sub-representação das mulheres ao longo da história, destacando a multicausalidade desse fenômeno.

Durante o segundo capítulo, nosso objetivo foi demonstrar como a abordagem culturalista vem discutindo o fenômeno da sub-representação das minorias, principalmente no que diz respeito às mulheres. Destacamos o livro *Rising Tide* (2003), de Ronald Inglehart e Pippa Norris, por ser inspiração direta para as hipóteses formuladas em nossa pesquisa. Por nossa proposta abranger a dimensão valorativa da cultura política como ponto de análise relatamos como as teorias contemporâneas têm buscado mensurar a adesão abstrata à democracia de forma alternativa ao que tradicionalmente se utiliza.

Baseados nesses apontamentos teóricos, o capítulo terceiro teve como foco a parte metodológica da análise, demonstrando quais são as hipóteses e as problemáticas que levaram ao desenvolvimento desse estudo. A metodologia escolhida foi a quantitativa, e a partir disso, demonstramos como foram realizadas as escolhas das bases de dados e das variáveis que consideramos mais adequadas para avaliar as questões de gênero e democratismo. Para viabilizar a análise nos valem os dados produzidos pelo projeto America's Barometer do LAPOP (Latin American Public Opinion Project) desde sua origem até o mais recente no ano de 2012, e também do WVS (World Value Survey) a partir de 1990 até a onda 2010. E por fim, em busca de maior entendimento do processo realizado, fizemos uma breve descrição dos testes estatísticos utilizados, o que possibilita uma leitura mais compreensiva dos dados.

Por último, apresentamos no capítulo final a exposição dos dados e dos resultados obtidos. Primeiramente, analisamos a série história das variáveis de gênero e de democratismo. Na sequência passamos a testar a hipótese principal dessa dissertação e com esses dados procuramos estabelecer um diálogo entre a proposta culturalista de mudanças de valores e as disposições em relação à inserção da mulher na política.

## **2 A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: CENÁRIO MUNDIAL E EXPLICAÇÕES<sup>1</sup>**

Ao longo do último século, as sociedades contemporâneas têm vivenciado o desenvolvimento de atitudes mais igualitárias em relação aos papéis sociais de homens e mulheres por meio das transformações do estilo de vida, da família, do trabalho e da esfera pública. Em razão dessas mudanças, as pesquisas acadêmicas se tornaram mais atentas à situação das mulheres dentro das democracias atuais, preocupando-se principalmente com a compreensão das relações dinâmicas entre os direitos civis e as estruturais sociais, tendo em vista a necessidade de fortalecer políticas igualitárias.

De uma forma geral, como pretendemos expor adiante, essas investigações têm demonstrado que, apesar de significativos avanços, ainda existe um grave quadro de sub-representação política das mulheres em escala global. Em razão disso, o presente capítulo busca demonstrar em linhas gerais esse quadro e quais são as principais formulações teóricas propostas para explicá-lo.

Desta forma, na primeira seção apresentamos dados sobre o cenário mundial da representação feminina nos parlamentos nacionais. Ainda nessa seção, voltamos nossa atenção para o contexto latino-americano realizando uma análise longitudinal dos dados do poder legislativo, executivo e judiciário para assim identificar as posições relativas de cada uma das nações da região e suas respectivas trajetórias evolutivas no que diz respeito à presença das mulheres nesses distintos níveis de poder.

Diante do quadro apresentado, na segunda seção, discutimos as principais abordagens que procuram explicar o fenômeno da sub-representação feminina, enfatizando principalmente aquelas que destacam fatores objetivos como a estrutura econômica e as características institucionais de cada país.

### **2.1 CENÁRIO MUNDIAL**

O abismo entre os gêneros em todas as áreas da vida social afeta diretamente a qualidade das democracias contemporâneas, razão pela qual a discussão sobre tais disparidades passou a ocupar lugar de destaque na agenda mundial de debates, tanto no interior da academia, quanto fora dela. Esse debate tem girado em torno da desconstrução da

---

<sup>1</sup> Esse capítulo foi escrito em conjunto com Audrey DIAS, integrando a dissertação Sentimentos Partidários e Igualdade de Gênero no Brasil, 2015. Orientador: Ednaldo Aparecido Ribeiro.

naturalização da sub-representação das mulheres, sendo reiterado o princípio da igualdade entre os gêneros.

A presença feminina nos postos de tomadas de decisões, além de objetivar a garantia da qualidade as democracias, também, se posiciona como uma tentativa de romper com barreiras sociais e estruturais construídas ao longo da história da humanidade. Não se trata apenas de eleger representantes de um grupo minoritário, mas também, de abrir espaços nos quais vozes que estão às margens da estrutura social possam ser ouvidas.

A ampliação da representação política das mulheres baseia-se, em primeiro lugar, numa questão de injustiça intuitiva (Miguel, 2009). Trata-se de uma injustiça clara e evidente presente na sociedade que não deve e nem pode ser mascarada por justificativas como a falta de interesse ou apenas por tratar o gênero feminino como uma característica natural que limita a capacidade participativa das mulheres.

Apesar de já haver progresso em relação à igualdade de gênero dentro de importantes campos da vida social, grandes disparidades ainda persistem dentro do quadro político. Os dados produzidos por diferentes organizações internacionais, como o Inter-Parliamentary Union (IPU)<sup>2</sup>, o Fórum Econômico Mundial (FEM)<sup>3</sup> e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)<sup>4</sup>, apontam um cenário ainda negativo para as mulheres em se tratando da ocupação dos cargos parlamentares.

Segundo informações do IPU, que observa a sub-representação feminina desde 1997, a média mundial de mulheres que ocupavam lugares nas Duas Casas parlamentares<sup>5</sup> para todo o período é de apenas 11,3%. Considerando apenas o período mais recente, notamos uma lenta evolução nesse indicador: em 2000 verificamos o total de 13,8%, em 2005, esse contingente vai para 16% e em 2010 chega aos 19%. Atualmente<sup>6</sup>, as mulheres têm ocupado apenas 21,9% do total de cargos políticos em nível mundial.

Mesmo com mais de dez anos de observação, a média de mulheres que ocupam cargos parlamentares não atingiu um quarto dos assentos disponíveis. Esta situação, além de se passar em nível mundial, também está presente quando observadas as regiões do globo<sup>7</sup> de maneira individual (TABELA 1). Os dados apontam que há um crescimento recente do número de mulheres presentes nos cargos de primeiro e segundo escalão dos parlamentos,

---

<sup>2</sup> Maiores informações: <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>

<sup>3</sup> Maiores informações: <https://agenda.weforum.org/topic/global-issues/gender-parity/>

<sup>4</sup> Maiores informações: [http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/Portada.asp](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp)

<sup>5</sup> A estrutura do parlamento é dividida em “Single House” e “UpperHouse”, a primeira seria referente à Câmara dos Deputados e a segunda ao Senado.

<sup>6</sup> Dado referente ao último levantamento da IPU do dia 1º de Dezembro de 2014.

<sup>7</sup> A divisão dessas regiões foi realizada por critérios escolhidos pela IPU.

todavia, ainda estamos diante de um quadro acentuado de sub-representação. As regiões da Europa e das Américas são as que possuem os maiores índices de representação feminina em toda a série histórica, sendo os Emirados árabes aqueles com menores índices.

Tabela 1. Porcentagem de mulheres nos parlamentos por Região, 1997-2013

REGIÃO	1997	2000	2005	2010	2013
Europa*	13,2	16	18,4	21,4	24
Américas	13,2	15,9	19,7	22,9	24,9
Ásia	9,7	15	15,9	18	18,5
África	11	12,1	16,5	18,5	21,5
Pacífico	12,7	13,6	13,9	14,8	15,4
Emirados Árabes	3,4	3,6	6,8	11,7	15,9

Fonte: Inter-Parliamentary Union (IPU), dezembro de 1997- 1º de setembro de 2013

\*Países membros do OSCE (Organization for Security and Co-operation in Europe) incluindo os países nórdicos

Diante disso, em um olhar mais atento sobre a Região das Américas, analisamos como está construído o quadro da sub-representação, especialmente nos países da América Latina, baseando-se nos percentuais de mulheres nos parlamentos nacionais, a presença nos cargos ministeriais e nas supremas cortes (TABELA 2, TABELA 3, TABELA 4).

**TABELA 2. PORCENTAGEM DE MULHERES NOS PARLAMENTOS NACIONAIS, AMÉRICA LATINA 1990-2013**

PAÍSES	1990	1997	2000	2005	2010	2013
ARGENTINA	6,3	27,6	26,5	36,2	38,5	37,4
BOLÍVIA	9,2	-	11,5	16,9	25,4	25,4
BRASIL	5,3	6,6	5,7	8,6	8,6	8,6
CHILE	-	7,5	10,8	15	14,2	14,2
COLOMBIA	4,5	11,7	11,8	12,1	12,7	12,1
COSTA RICA	10,5	15,8	19,3	35,1	38,6	38,6
EQUADOR	4,5	3,7	14,6	16	32,3	38,7
EL SALVADOR	11,5	15,5	9,5	10,7	19	26,2
GUATEMALA	7	12,5	8,8	8,2	12	13,3
HONDURAS	10,2	-	9,4	23,4	18	19,5
MÉXICO	12	14,2	16	24,2	26,2	36,8
NICARÁGUA	14,8	10,8	9,7	20,7	20,7	40,2
PANAMÁ	7,5	9,7	9,9	16,7	8,5	8,5
PARAGUAI	5,6	2,5	2,5	10	12,5	17,5
PERU	5,6	10,8	-	18,3	21,5	21,5
REPÚBLICA DOMINICANA	7,5	11,7	16,1	17,3	20,8	20,8
URUGUAI	6,1	7,1	12,1	11,1	15,2	12
VENEZUELA	10	5,9	-	17,4	17	17

Fonte: Inter-Parliamentary Union (IPU), dezembro de 1997- 1º de setembro de 2013/ Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), 1990-2012.

**TABELA 3. PORCENTAGEM DE MULHERES NOS GABINETES  
MINISTERIAIS, AMÉRICA LATINA 1990-2013**

PAÍSES	PERÍODO*		
	I	II	III
ARGENTINA	23,1	22,2	21,4
BOLÍVIA	-	15,8	39,1
BRASIL	10,7	14,8	21,8
CHILE	22,6	46,7	19,5
COLOMBIA	26,3	25	30,8
COSTA RICA	30,8	30	35,7
EQUADOR	13,8	31,8	38,6
EL SALVADOR	21,4	25	13,6
GUATEMALA	7,7	7,7	18,8
HONDURAS	13,6	47,1	16,7
MÉXICO	9,5	10,3	16,7
NICARÁGUA	-	25	55,6
PANAMÁ	30,8	30,8	21,4
PARAGUAI	11,9	29,8	14,7
PERU	10	27,9	11,1
REPÚBLICA DOMINICANA	15,8	10,5	11,1
URUGUAI	0	17,2	7,1
VENEZUELA	-	14,1	23,7

Fonte: Inter-Parliamentary Union (IPU), dezembro de 1997- 1º de setembro de 2013/ Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), 1990-2012.

\*Considera-se os 3(três) últimos períodos presidenciais informados pelos países.

**TABELA 4. PORCENTAGEM DE MULHERES NAS SUPREMAS CORTES,  
AMÉRICA LATINA 1990-2013**

PAÍSES	1998	2000	2004	2008	2011
ARGENTINA	0	0	11	29	29
BOLÍVIA	-	-	-	25	18
BRASIL	0	9	9	18	18
CHILE	-	-	4	11	25
COLOMBIA	0	0	9	17	30
COSTA RICA	10	9	17	26	35
EQUADOR	-	-	-	5	5
EL SALVADOR	13	13	13	33	33
GUATEMALA	15	23	23	15	8
HONDURAS	-	-	-	53	20
MÉXICO	9	9	18	18	18
NICARÁGUA	0	0	0	25	29
PANAMÁ	22	22	22	11	0
PARAGUAI	0	0	11	11	22
PERU	6	6	6	6	19
REPÚBLICA DOMINICANA	-	-	31	31	27
URUGUAI	0	0	0	20	0
VENEZUELA	20	0	10	31	44

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), 1998-2012.

Destacamos, primeiramente, que o país que mais se aproxima de uma representação mais igualitária entre os gêneros no parlamento nacional é a Nicarágua, que também é destaque por ter dobrado o percentual de mulheres em apenas três anos (2010-2013), atingindo o índice de 40%. Concomitantemente, o último relatório do FEM (2012) demonstra que esse país foi o único da América Latina a estar no *top 10* do *ranking* geral das 180 nações em termos de avanços na promoção da igualdade de gênero, estando em 9º lugar. Considerando especificamente a questão do “empoderamento político” das mulheres, ocupa o invejado 5º lugar.<sup>8</sup> Vale destacar que no último período eleitoral (III), esse país atingiu o percentual de 55,6% de mulheres presentes nos Ministérios (TABELA 3), o que o distancia das demais nações da região de maneira positiva.

Em relação aos valores da Tabela 2, a Bolívia também possui uma porcentagem mais elevada (37%) e ocupa o segundo lugar. Com isso este país subiu 32 posições no *ranking* geral do FEM, passando a ocupar a 30ª posição, sendo o país da região que mais ganhou lugares. Na sequência temos o Equador (TABELA 2), que em 2005 apresentava 16% de mulheres no parlamento e em 2010 dobrou esse número atingindo a marca de 32%.

É possível constatar tendência positiva de aumento na presença feminina nos parlamentos (TABELA 2), mesmo com algumas quedas durante alguns períodos, como no caso da Guatemala entre 1997-2000 e Honduras entre 2005-2010. Merece destaque o caso colombiano, que ao aumentar em 5% a presença feminina saltou dezessete posições no *ranking* do FEM e chegou em 2012 à 63ª.

A título de conhecimento, para o Brasil, verificamos ao longo de todo o período situação negativa fazendo com que seja um dos países com menor índice da região (TABELA 2). Entretanto, esse quadro não é acompanhado pelos dados da Tabela 3, pois esse mesmo país apresenta níveis medianos de representação feminina nos gabinetes ministeriais, estando na média do cenário mundial. Por fim, os dados do FEM mostram que nos últimos três períodos eleitorais houve ainda um acréscimo relevante nesse indicador, fazendo com que o Brasil passasse da 82ª posição para a 62ª no *ranking* geral.

Já em relação à presença feminina nos Ministérios (TABELA 3), Equador e Costa Rica continuam apresentando índices elevados em relação aos demais países. Pelo relatório do FEM de 2012, esses também são os países seguintes da América Latina, todavia, ocupam no

---

<sup>88</sup> Esse índice é composto por quatro subíndices: 1) Participação e Oportunidades Econômicas; 2) Educação; 3) Saúde e Sobrevivência; 4) “Empoderamento Político”. Maiores informações em [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2012.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf)

*ranking* geral posições inferiores a da Nicarágua (29° e 32°, respectivamente). Já para o Uruguai o destaque é negativo, sendo o país com menor índice de mulheres em posição ministerial na região.

Com relação ao poder judiciário (TABELA 4), constatamos tendência positiva para a ocupação feminina nas Supremas Cortes e distribuição um pouco mais homogênea, não havendo tanta disparidade entre as unidades nacionais. Nicarágua, que anteriormente ocupava a primeira posição, perdeu esse posto para a Venezuela, mas ainda continua com uma porcentagem considerável. Esse último país, apresenta-se como a nação com maior índice de mulheres no poder judiciário, tendo 44% dos cargos ocupados por elas.

Em um quadro geral (TABELA 4), os países com maiores porcentagens de mulheres são a Venezuela, Costa Rica, El Salvador e Colômbia, todos com valores acima dos 30%. No lado oposto, estão situados Equador, Guatemala, Panamá e Uruguai, todos com níveis abaixo dos 10%, sendo que os dois últimos não apresentaram mulheres nas Supremas Cortes em 2011.

Os dados apresentados durante essa seção confirmam que ainda estamos diante de um quadro de sub-representação na América Latina em três grandes áreas de atuação, poder judiciário, legislativo e executivo. Em relação aos índices de mulheres presentes nos parlamentos, a situação regional é preocupante, assim como de modo global, pois ainda estamos restritos a porcentagens muito baixas de representação feminina, sendo dispersante citar valores acima dos 30%, já que temos média em torno dos 20% de mulheres presentes nas instâncias de tomada decisão. Com isso, fica o questionamento de quais seriam as razões para as disparidades dos dados que implicam nas causas da sub-representação feminina nos parlamentos. Sendo assim, este será o objeto de discussão da próxima seção.

## 2.2. A MULTICAUSALIDADE DA SUB-REPRESENTAÇÃO

A multicausalidade da sub-representação feminina no campo político pode ser vista quase como ponto consensual para a maioria dos analistas envolvidos com essa agenda de pesquisas. Processos de socialização bastante longos e fortes constrangimentos culturais se combinam com obstáculos políticos-institucionais e também sociais na configuração de significativas barreiras que impedem ou limitam a presença das mulheres em distintas esferas do poder político. Tais dimensões participariam de uma dinâmica de interação, ainda que no plano empírico seja viável a sua separação em termos analíticos, já que investigações focalizando todas elas são raras.

A literatura tem apontado para uma variedade de fatores que contribuem para esse fenômeno, incluindo as barreiras estruturais, relativas principalmente ao desenvolvimento socioeconômico, as estruturas institucionais, o sistema eleitoral e as políticas de cotas em razão do gênero. Por fim, tratando de uma dimensão mais subjetiva do fenômeno, temos o impacto da cultura política, incluindo a predominância de atitudes tradicionais negativas em relação à presença feminina em cargos responsáveis por tomada de decisões relevantes.

Nos anos 60 e 70, a teoria da modernização passou a direcionar as pesquisas ao enfatizar que o desenvolvimento material era a variável determinante na geração de oportunidades dentro do sistema social, isto porque as melhorias nas áreas da educação, saúde e lazer se davam por meio do investimento direto no setor econômico. A consequência seria o aumento da qualidade de vida dos indivíduos, uma vez que se proporcionava o acesso dos mesmos a estes setores sem distinção. O reflexo imediato desse ciclo, para o caso das mulheres, seria que tendo mais condições e oportunidades de acesso a todas as áreas da vida social, também, teriam mais oportunidades de participar da esfera política, vista como um campo de acesso livre para todos, sendo assim reduzido o quadro da sub-representação feminina.

Para essa vertente, em sociedades menos desenvolvidas economicamente, onde haveriam desvantagens entre classes sociais, sistema de saúde e educacional precários, as mulheres encontrariam maiores dificuldades para romper com as barreiras e chegar as posições de comando. Para confirmar essa teoria, os estudos apontavam que o nível de desenvolvimento socioeconômico estava significativamente relacionado com a proporção de mulheres presentes nos parlamentos nacionais (Reynolds, 1999). Além disso, de maneira menos direta, estudos comparativos sobre democratização de alguns países apontaram que com a expansão da liberdade e melhorias estruturais houve o desenvolvimento da classe média e a consolidação das estruturas democráticas (Rules, 1987; Rules 1988; Norris, 1985; Norris, 1987; Darcy, Welsh & Clark, 1994). Diante de uma sociedade mais democrática demonstrou-se a importância da presença das mulheres para ocupar posições de comando e cargos políticos, pois haveria o aumento de oportunidades devido à abertura e a flexibilização de recursos financeiros, de experiências e de redes de contatos que facilitariam a eleição.

Neste sentido, o crescimento econômico se tornou a “panacéia” dos problemas sociais das mulheres, sendo a solução para a baixa escolaridade, pobreza, segregação no trabalho e também para a sua baixa participação e representação no sistema político (Inglehart e Norris,

2003). Tem-se, assim, a ideia de que o crescimento econômico automaticamente beneficiaria as mulheres nas sociedades menos desenvolvidas.

Entretanto, as limitações dessa abordagem são muito claras quando se analisa os atuais índices de sub-representação feminina. Como demonstrado na seção anterior, a região do globo com menor índice de representação são os Emirados Árabes, como Kuwait, Arábia Saudita, Qatar e Dubai, justamente nações que estão entre as dez primeiras do ranking mundial de renda per capita (GDP).<sup>9</sup> No caso da América Latina, a Nicarágua aparece nas últimas posições nesse indicador econômico e possui o maior percentual de mulheres no parlamento. O Brasil, que se encontra entre as cinquenta nações com maior renda per capita do mundo, é o país com menos mulheres em suas casas legislativas federais. Sendo assim, a teoria do crescimento econômico falha em explicar a maioria das disparidades relativas à proporção de mulheres nos parlamentos nacionais, favorecendo a conclusão de que o desenvolvimento material por si só não destrói os obstáculos que dificultam a participação e representação feminina nas instâncias de tomadas de decisões.

A insuficiência dessa explicação é resultado da complexidade do problema da desigualdade de gênero e da sub-representação. Em razão disso, explicações alternativas começaram a ser propostas pelos pesquisadores, sobretudo enfatizando a importância das instituições sociais e das estruturas eleitorais na diluição das barreiras que conduzem as diferenças de representação entre os gêneros.

Em relação às estruturas institucionais, algumas teóricas (Pateman, 1993; Young, 1987) argumentam que as causas da ausência de mulheres nos cargos políticos remontam às concepções que forneceram as próprias bases para a construção das instituições políticas modernas. Para essas autoras, o alicerce dessa estrutura estaria nas diferenças biológicas entre homem e mulher, sendo este o fator que define a hierarquia social e constrói uma estrutura de dominação masculina. Por isso, a desnaturalização destas bases tem seu efeito repercutido não apenas em uma área da vida social, refletindo em todos os espaços em que há relações sociais, em especial no campo político.

Uma das mais recorrentes justificativas para a exclusão política, a situa como um problema do sistema eleitoral e do acesso das pessoas à participação, pois há a predominância da “política de ideias” que sugere o entendimento político como julgamento e debate, e espera que as políticas se desenvolvam em torno de programas e não de pessoas. A discussão contemporânea traz à tona para as democracias liberais os problemas do deslocamento da

---

<sup>9</sup> [Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook Database, Abril de 2012: Nominal GDP list of countries. Dados para o ano de 2011.](#)

política que separa quem e o que deve ser representado, pois a política de ideias está sendo desafiada por uma política alternativa, a de presença (Philips, 2001).

Na teoria da política de presença, assim como na política das ideias, há ênfase na diferença, contudo, a maneira como é colocada diz respeito ao sentimento de exclusão política, amplamente sentido por grupos definidos por seu gênero, etnia e raça. A diversidade entendida pelos liberais é a de opinião, crença, preferência e objetivos, que pode estar enraizada na variedade de experiência e combinada com a capacidade intelectual e habilidade de articulação. Por isso, “aqueles que acreditam que os homens têm monopólio das habilidades políticas de articular políticas e ideias não se surpreenderão com o fato de que, na maior parte, os mensageiros sejam homens” (Philips, 2001).

Como analisa Phillips (1991), os sistemas jurídicos e institucionais dos Estados modernos perpetuam e enraízam essas concepções. Neste sentido, não se trata das mulheres serem menos participativas ou possuírem menor grau de motivação para se inserir na política, pelo contrário, são os processos históricos e culturais que são refletidos pelas instituições sociais que dificultam a entrada das mulheres no meio político e diminuem a sua possibilidade de participação na competição eleitoral.

Deste modo, o “empoderamento feminino” passou a ser entendido como uma parte integral do processo de desenvolvimento das estruturas institucionais da política. Passou-se, então, a enfatizar a necessidade por igualdades de oportunidades e ações afirmativas advindas da reforma das instituições políticas que removam as barreiras e promovam a possibilidade da mulher participar das posições políticas. Por isso, inúmeras democracias adotaram a política de cotas de gênero na política, e assim, as políticas formuladas pelo Estado passam a pautar a consolidação e reafirmam a igualdade de gênero.

Tais medidas se fundamentam na crença de que as mudanças nas estruturas dos sistemas impactariam as condições de vida das mulheres, pois aceleram o progresso da representação e abrem novas oportunidades de participação. Porém, é preciso reconhecer que, ao mesmo tempo, podem criar um abismo entre o reconhecimento dos direitos formais e a real prática deles, já que atualmente tem ganhado destaque discussões a respeito de suas potencialidades e limites para promover a inclusão feminina nas instâncias de decisão.

As reformas institucionais podem prover importantes percepções sobre as causas da sub-representação feminina nos cargos de tomadas de decisões em diferentes países. Entretanto, ainda há dúvidas quando se observa que reformas similares em diversos países resultam em consequências totalmente diferentes. Por que as políticas de cotas são mais

efetivas na Argentina do que no Brasil? Por que em um sistema unicameral como da Nicarágua há mais mulheres que um bicameral como na Bolívia?

O processo de promoção da igualdade de gênero em diversas áreas da vida social também é limitado pelas desigualdades encontradas na representação política dos gêneros nas democracias contemporâneas. A reforma institucional e o reconhecimento formal dos direitos das mulheres em sociedades democráticas constituem ganhos simbólicos e significantes para o avanço nesse processo. Entretanto, esses aspectos isolados não são capazes de produzir uma mudança com efeito substancial na sociedade, e isto faz com que essas transformações se tornem fracas com o passar do tempo.

A teoria do desenvolvimento econômico e a da reforma das estruturas institucionais constituem partes essenciais para se compreender o problema e construir estratégias de combate à desigualdade de gênero. Mesmo com os ganhos advindos dessas abordagens, o fenômeno da sub-representação também pode ser visto por uma abordagem mais subjetiva da situação, que leve em conta as relações constitutivas entre política e cultura. Sendo assim, com o intuito de olhar o fenômeno da sub-representação política pela perspectiva culturalista, no próximo capítulo exploraremos mais detalhadamente a teoria que enfatiza que as barreiras subjetivas também dificultam a entrada das mulheres no mundo político.

### 3 CULTURA POLÍTICA E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Apesar de ainda gerar certa polêmica no interior da Ciência Política, a abordagem da cultura política tem oferecido importante contribuição para a compreensão de fenômenos relevantes. Ainda que as demais abordagens não neguem em sua totalidade a relevância da dimensão culturalista, são ainda raros os esforços de diálogo eficaz entre institucionalismos e abordagens subjetivistas na análise de processos políticos contemporâneos. No caso da sub-representação feminina na política, a parcialidade das abordagens de boa parte da literatura fica evidente na defesa de explicações que se concentram apenas em fatores econômicos e institucionais.

Como a presente dissertação pretende ser uma contribuição culturalista para o entendimento do problema da sub-representação feminina na política latino-americana, neste capítulo nos ocupamos com a apresentação das principais bases teóricas desse tipo de abordagem. Interessou-nos apontar os seus elementos fundamentais e indicar quais são seus rendimentos para a compreensão desse fenômeno político.

Em razão desses objetivos, na primeira seção temos uma breve revisão dos principais autores que compõem essa perspectiva, iniciando com os clássicos e chegando aos mais contemporâneos. Além disso, iremos expor como a teoria culturalista tem se posicionado nas explicações sobre a desigualdade de gênero, principalmente em relação à sub-representação feminina. Pretendemos salientar que, apesar de suas diferenças internas, todos os autores compartilham a preocupação com a influência dos fatores subjetivos na configuração dos sistemas políticos, especialmente da democracia.

Na segunda seção, o democratismo entra em foco. O apoio à democracia é uma das dimensões mais relevantes da cultura política de uma sociedade, pois indica em grande medida a existência de bases atitudinais indispensáveis para a estabilidade do regime democrático. Tomaremos como pressuposto que essa adesão, devido a sua complexidade, pode ser compreendida por diferentes ângulos, que consideram dimensões avaliativas e normativas de apoio. Buscaremos ainda sustentar a tese de que a adesão à democracia é importante componente de uma cultura política congruente com a consolidação e aprofundamento dessa forma de governo e está associada à prevalência de atitudes e valores de tolerância e autoexpressão.

Desta forma, seria plausível supor que indivíduos que aderem subjetivamente à democracia, são mais dispostos a manifestarem atitudes mais igualitárias em relação aos

gêneros, e, portanto, a reversão do quadro contemporâneo da sub-representação estaria pautada em um processo que incluía reformas legais e estruturais, e, uma cultura política pró-democracia baseada na igualdade entre os gêneros.

### 3.1 A ABORDAGEM CULTURALISTA E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

O ponto de partida da perspectiva culturalista se deu na segunda metade do século XX com a publicação de *The Civic Culture* (1989), de G. Almond e S. Verba, primeira tentativa de formulação sistemática e aplicação rigorosa do conceito de cultura política e base para a constituição de um programa de pesquisa consistente. Um dos elementos impulsionadores da pesquisa que resultou nessa obra pioneira foi o momento histórico, posterior à Segunda Guerra Mundial, que instaurou uma atmosfera de incerteza e dúvida sobre o projeto iluminista de triunfo da razão e da liberdade humana. Como apontam os autores, este cenário colocou em questão a inevitabilidade da democracia em escala mundial, justificando a condução de investigações sobre os fatores determinantes para o sucesso ou fracasso dessa forma de governo.

Almond e Verba nesse momento passam a defender a importância dos elementos culturais nos processos de democratização, tanto de implantação, consolidação como de aprofundamento. Para isso, argumentam que apesar da relevância de instituições como o sufrágio universal e os partidos políticos, esses por si só não são suficientes para a consolidação democrática, sendo necessário ir mais além e haver uma cultura política que seja coerente com esse arranjo institucional. Desta forma, partem do pressuposto da existência de relação entre os elementos da cultura política e o comportamento político adotado pelos indivíduos.

Nesta obra, a cultura política é entendida como a particular configuração de padrões de orientação em relação aos objetos políticos partilhados por membros de uma sociedade que poderiam explicar as motivações subjacentes às ações praticadas (Almond; Verba, 1989). Definem que a cultura política mais favorável aos processos democráticos seria aquela que possui como principais componentes a moderação e tolerância. Esse ideal combinaria ativismo racional com índices consideráveis de confiança no sistema e naqueles que os conduzem.

Além disso, o perfil congruente com a democracia exerceria um alto poder de fiscalização sobre as ações oficiais e teria os elementos de moderação e tolerância

desenvolvidos. O alcance desse patamar seria possível por meio de processos de alterações e permanências nas bases subjetivas do comportamento político dos agentes condizentes com o regime democrático.

Em termos gerais, as conclusões que os autores chegaram, ainda que não pudessem responder a questionamentos sobre a relação de causalidade existente entre as duas ordens de fatores envolvidas, apontavam para a associação entre estabilidade democrática e a ocorrência de um padrão de orientações subjetivas a que chamaram de cultura cívica, cujos elementos centrais seriam moderação e tolerância, combinando ativismo político racional e confiança no sistema político e nas elites políticas instituídas (Ribeiro e Bolognesi, 2008).

Para Ribeiro (2002), apesar do conceito de cultura política poder ser aplicado ao estudo de qualquer sistema político, uma vez que o interesse é avaliar disposições subjetivas pessoais que existem em qualquer forma de organização política, as formulações originais acerca deste tema estão irremediavelmente atreladas à democracia. Uma preocupação central no desenvolvimento dos estudos que culminaram na publicação de *The Civic Culture* foram as análises das condições de desenvolvimento e estabilização de regimes democráticos.

Apesar do desenvolvimento de uma linha teórica que priorizasse a cultura política, ainda existia uma grande desconfiança em relação a este modelo. Com isso, procurando superar os limites do estudo pioneiro, novos autores passaram a adotar a abordagem culturalista em suas pesquisas (Barry, 1988; Lijphart, 1989; Pye e Verba, 1989), o que culminou com o desenvolvimento de diferentes técnicas. Mesmo com diversas tentativas de solidificar essa abordagem, ao longo dos anos, esta foi perdendo espaço na academia. Na tentativa de reestruturar os estudos culturalista, Ronald Inglehart em 1988 lançou a obra *The Renaissance of Political Culture*, em que utiliza técnicas de pesquisas mais sofisticadas e, pela primeira vez, realiza testes longitudinais das teses culturalistas.

Para Inglehart, os modelos explicativos dominantes na ciência política na década de 1960, baseados na teoria da escolha racional, eram negligentes em relação aos fatores culturais e, por isso, só poderiam fornecer explicações parciais para importantes fenômenos contemporâneos. Deste modo, argumenta e reafirma a relevância de se retornar aos aspectos culturais de uma nação, pois as sociedades apresentariam distintos padrões de valores e atitudes políticas. Isto porque as diferenças culturais são relativamente persistentes, ainda que mutáveis, e produzem importantes consequências políticas, sendo intimamente ligadas à viabilidade de instituições democráticas.

Inglehart (1988) entende que a cultura cívica é composta por três elementos essenciais: satisfação com a vida, confiança interpessoal e apoio às mudanças revolucionárias. Suas escolhas se justificam, pois seus testes apontam que em relação ao primeiro aspecto há uma forte associação com a estabilidade democrática, mais do que a satisfação com política. Isto porque o nível de satisfação dos cidadãos com o sistema político estaria muito mais sujeito às flutuações de curto prazo, em decorrência de condições econômicas conjunturais e eventos políticos específicos. Justamente por essa natureza mais dinâmica é que seu impacto sobre a manutenção de instituições democráticas é comparativamente mais reduzidos.

Em um quadro geral, Inglehart se apoia na hipótese de que nações com altos níveis em cada um desses elementos são mais propensas a adotar e manter instituições democráticas. Afirma que, conjuntamente, esses aspectos formariam uma “síndrome” de atitudes favoráveis às instituições democráticas e que as variáveis utilizadas para medi-la se agrupariam em um “cluster” intimamente associado à longevidade das instituições democráticas. Podem ainda ser vistos como elementos estabelecidos ao longo dos processos históricos, o que poderia explicar a persistência das diferenças entre as nações. As atitudes que compõem essa síndrome seriam, portanto, traços culturais mais profundos, com maior poder de permanência.

A relação entre valores individuais e instituições democráticas ainda é alvo de críticas, pois há aqueles que afirmam que é o aprendizado institucional, derivado das experiências individuais com instituições democráticas, que geraria uma cultura política mais democrática. Contudo, a corrente culturalista que inspira essa dissertação, defende que os valores de massa desempenham papel fundamental no processo de democratização, sendo relevantes no efetivo funcionamento das instituições.

Neste sentido, uma cultura política pró-democrática levaria ao desenvolvimento de uma postura crítica e participativa por parte dos cidadãos que seria congruente com os processos de ampliação e fortalecimento da democracia. Indivíduos pró-democracia seriam mais tolerantes em relação aos comportamentos que desviam dos padrões tradicionais, e, portanto, poderiam igualmente manifestar atitudes mais positivas em relação à igualdade de gênero.

Em relação a este último efeito Inglehart e Norris (2003) em *Rising Tides: Gender Equality and Cultural Change around the World* se dedicam ao entendimento das razões para a desigualdade entre os gêneros em diversos âmbitos da vida social em sociedades ao redor do mundo. Uma de suas dimensões de análise se concentra no esclarecimento das causas das disparidades nos índices de lideranças políticas entre homens e mulheres no cenário das democracias contemporâneas, buscando investigar como e porque sociedades similares

atingem níveis diferenciados de representação feminina. Mais especificamente, procuraram responder qual seria o papel da cultura política nesse processo.

A tese central desses autores é que normas culturais, valores e crenças também moldam a transição para uma sociedade mais igualitária em relação ao gênero (Inglehart e Norris, 2003). O seu objetivo era demonstrar que apesar das tradições culturais serem notavelmente duradouras na formação das visões de mundo dos homens e das mulheres, as mudanças culturais em curso no cenário mundial estão levando ao afastamento dos valores tradicionais e indo em direção à incorporação de orientações subjetivas mais igualitárias. Para os autores, esta mudança está intimamente relacionada com os processos de modernização da sociedade, a presença de regimes democráticos e a troca de gerações.

Em suma, querem demonstrar que a cultura política importa na busca pela igualdade entre os gêneros, pois atitudes mais igualitárias estariam sistematicamente relacionadas com as condições reais da vida de mulheres e homens (Inglehart e Norris, 2003). Portanto, é relevante para uma análise das desigualdades de gênero observar como se estrutura a cultura política de determinada sociedade. Porque é por meio das percepções das divisões das regras das esferas familiares, política, econômica e social - determinadas pela cultura predominante, que são delegados os direitos, os poderes e os recursos disponíveis para homens e mulheres.

Como apresentado no primeiro capítulo, diferentes teorias buscam respostas e explicações para o fenômeno da sub-representação feminina nas nações em torno do globo. Todavia, esses recortes analíticos, por mais valiosos que sejam para o estudo da sub-representação, não se demonstram suficientemente completos quando se pensa em uma análise multicausal ou em um “estudo em perspectiva comparada” do fenômeno. Isto porque pecam no diálogo com a dimensão mais subjetiva do problema, ou seja, não levam em conta as bases culturais do problema.

Em torno desses apontamentos, os pesquisadores passaram a explorar um modo que conseguisse captar a influência dos valores subjetivos. A maioria do apoio a esta tese vem de evidências qualitativas, muitas vezes com base em entrevistas pessoais, observação participante e estudos de caso (Inglehart e Norris, 2003). Porém, com o desenvolvimento da metodologia quantitativa foi possível realizar análises comparativas dos indicadores sociais entre as nações que também revelaram contrastes substanciais entre a vida e os papéis de homens e mulheres ao redor do mundo. A partir disso, os pesquisadores começaram a utilizar a análise quantitativa dos valores culturais tradicionais por meio de surveys.

No contexto da obra *Rising Tides* foram expostos os resultados dos surveys do World Values Survey entre os anos de 1981 a 2001, coletados 61 países ao redor do mundo. O objetivo foi mensurar o quanto a cultura importa em relação ao nível de desenvolvimento da sociedade e das suas estruturas legais, assim, os autores tentam entender como os regimes democráticos e a modernização têm mudado as atitudes culturais em relação à igualdade de gênero.

Deste modo, na tentativa de mensurar o quanto a cultura política está relacionada com o avanço das mulheres em cargos eletivos, determinaram quatro hipóteses centrais. A primeira era de que existiriam diferenças substanciais nas atitudes em relação às mulheres que ocupam cargos de lideranças entre as sociedades pós-industriais e sociedades desenvolvidas. A segunda, é que atitudes tradicionais são grandes barreiras para a eleição de mulheres ao parlamento. A terceira diz respeito à cultura, esta continuaria a ser uma influência significativa na proporção de mulheres parlamentares, mesmo com a introdução prévia de controles estruturais e institucionais, e por último, queriam verificar se essas barreiras culturais foram desaparecendo mais rapidamente entre as gerações mais jovens, nas sociedades pós-industriais.

Em primeira análise, os autores verificaram a existência de crescente apoio a igualdade de gênero nas sociedades pós-industriais e concluíram que este fenômeno faz parte de uma ampla e coerente mudança cultural que estava transformando as sociedades materialmente desenvolvidas (Inglehart, 1988). Embora as linhas gerais dessa mudança sejam previsíveis, nem todas as sociedades respondem a esses desenvolvimentos da mesma maneira. As observações apontaram que heranças culturais tradicionais ajudam a moldar a mudança social contemporânea, assim como os valores e crenças religiosas de uma sociedade, suas instituições e líderes. As estruturas do Estado também dão forma a este processo, e este conjunto de elementos resulta nas diferenças de uma sociedade para outra (Inglehart e Norris, 2003).

A respeito da mudança de gerações, verificou-se a presença de atitudes mais igualitárias na geração mais jovem, especialmente entre as mulheres mais jovens. Isto sugere que ao longo do tempo, pode-se esperar um progresso contínuo na representação feminina nestas sociedades (Inglehart e Norris, 2003). Por último, observaram que a direção causal dos fatores flui principalmente para uma cultura política marcada por maior tolerância da presença das mulheres em cargos políticos, uma vez que examinaram que havia uma forte e significativa

correlação entre a proporção de mulheres no parlamento e uma cultura política menos tradicional (Inglehart e Norris, 2003).

Em um quadro geral sobre a desigualdade entre os gêneros, os resultados demonstraram que a cultura importa por ser a ponte entre o nível de desenvolvimento econômico da sociedade, as estruturas institucionais democráticas e as atitudes mais igualitárias em relação à desigualdade de gênero (Inglehart e Norris, 2003). Isto demonstra que a igualdade de gênero não é um processo de mão-única, mas sim interativo, já que as mudanças em todos os ramos da vida afetam as atitudes e valores dos indivíduos. Portanto, a mudança cultural não é fator isolado e suficiente para justificar as diferenças de gênero, porém, é uma condição necessária para a igualdade de gênero (Inglehart e Norris, 2003). Por isso, o estudo da dimensão subjetiva é elemento primordial para se compreender as barreiras presentes nas democracias contemporâneas quando se trata do empoderamento feminino (Inglehart e Norris, 2003).

Diante disso, a cultura política se apresenta como um fator importante na impulsão da presença das mulheres na política por ser reflexo tanto das tradições quanto das mudanças sociais e culturais que estão ocorrendo em diversas sociedades. A conclusão decorrente da pesquisa é que as atitudes contemporâneas em relação à liderança das mulheres são mais igualitaristas em sociedades nas quais seus indivíduos possuem uma cultura política ligada aos valores e comportamentos de igualdade e tolerância, que são frutos dos princípios democráticos (Inglehart e Norris, 2003). A democracia se torna fato relevante, pois é entendida como uma forma de governo baseada em um contrato entre iguais que se relacionam horizontalmente, logo o fenômeno da sub-representação seria incompatível com a ideia de igualdade (Welzel, 2003).

O estudo de Inglehart e Norris (2003) trouxe um novo olhar sobre a desigualdade entre os gêneros, em especial sobre a sub-representação das mulheres, pois apontaram a necessidade de estudos que visassem à cultura política como um fator de análise. Contudo, no intuito de analisar diferentes esferas da desigualdade entre homens e mulheres, os autores acabam por realizar uma análise generalizada, uma vez que englobam nações com níveis muito distintos de democratização em uma mesma análise. O resultado são apontamentos gerais, não havendo um aprofundamento sobre as regiões do mundo.

Por conta disso, e pelo fato de que a América Latina nos últimos anos vem se desenvolvendo economicamente e, pela primeira vez na história, a democracia é o governo predominante, essa região se tornou um interessante foco para análise. Além disso, durante o primeiro capítulo ficou demonstrado, que em relação à sub-representação feminina, a América

Latina ainda se encontra em um quadro alarmante e preocupante, tendo apenas um de seus países em situação de paridade política.

A América Latina, por um lado, vive a consolidação da democracia, e por outro, enfrenta uma crescente crise social com persistentes e profundas desigualdades que desestabilizam os governos democráticos, destacando os baixos níveis de representação feminina nos parlamentos nacionais. Por conta desse paradoxo, reforça-se a ideia da necessidade de um olhar mais atento para essa região, e por isso, essa dissertação se baseia nos estudos de Inglehart e Norris para compreender o papel da cultura política no processo da promoção da igualdade entre os gêneros, e busca ir além ao analisar mais cuidadosamente a situação dos latino-americanos ao longo do tempo.

Sendo assim, tomando como pressuposto a teoria de Inglehart e Norris, na próxima seção de certa forma continuamos a discussão sobre os desdobramentos da abordagem culturalista. A cultura política pode ser visualizada de diferentes maneiras, mas nos concentraremos sobre um aspecto específico: estudo do apoio normativo à democracia. Como pretendemos argumentar, a intensidade da adesão dos cidadãos de um país aos valores condizentes com uma democracia é um indicador fundamental do quanto sua cultura política é congruente com processos de consolidação e aprofundamento dessa forma de governo e, conseqüentemente, pode afetar tanto disposições subjetivas como estruturas objetivas ligadas a fenômenos políticos.

### 3.2 DEMOCRATISMO

Na seção anterior vimos que Inglehart e Norris afirmam o importante papel da cultura política na luta pela igualdade dos gêneros. A cultura política é um objeto complexo, pois se refere às dimensões subjetivas dos indivíduos e das sociedades e pode ser abordado empiricamente de diferentes maneiras, levando em consideração distintos elementos e fatores. No caso da pesquisa cujos resultados sintetizamos nessa dissertação, selecionamos especificamente uma dimensão da cultura política que aparece no centro do contexto de consolidação da democracia latino-americana: o apoio normativo à democracia. Os estudos contemporâneos da abordagem culturalista indicam que a análise desse tipo de apoio ou adesão dos indivíduos aos valores e princípios do regime democrático é um forte indicador do nível de congruência entre a cultura política das nações e os processos de consolidação e aprofundamento da democracia.

A adesão ao sistema democrático envolve um conjunto de valores, crenças e atitudes dos indivíduos em relação a diferentes componentes ou objetos políticos (Ribeiro, 2008). Assim, a maneira como esse apoio é constituído pode afetar a forma pela qual os indivíduos se posicionam subjetiva e objetivamente em relação aos fenômenos políticos, ou seja, essa dimensão valorativa influencia na expressão dos comportamentos e atitudes. Sendo assim, entre todos os aspectos envolvidos na cultura política utilizaremos em nossas análises o apoio normativo à democracia, com o intuito de verificar se os indivíduos que aderem subjetivamente à democracia em seus princípios e valores refletem isso em atitudes e comportamento mais igualitários com relação à igualdade entre homens e mulheres.

Nessa seção, portanto, nossa intenção é esclarecer no que consiste o apoio normativo enquanto objeto empírico. David Easton distingue, em *A re-assessment of the concept of political support (1975)*, claramente duas formas de adesão à democracia: apoio difuso e apoio específico. O momento histórico em que escreveu foi durante a chamada “crise de regime” nos Estados Unidos e Europa, países que através da Primeira Guerra Mundial vivenciaram o rompimento da estrutura da sociedade que fornecia as bases necessárias para a relação de confiança entre governo e governados. Em torno desse cenário, as pesquisas passaram a focalizar a mensuração do apoio político dos cidadãos aos regimes, gerando interessantes discussões a respeito de pontos como: a) quais seriam os melhores indicadores empíricos; b) quais seriam as melhores medidas de suas flutuações; c) sob quais condições ocorreriam essas oscilações; d) através de quais mecanismos tais atitudes de apoio se transformariam em ações; e) quais os modelos alternativos para explicar tanto a alteração dos níveis de apoio quanto suas consequências sistêmicas (Easton, 1975).

Em termos de definição do significado de apoio, é importante destacar que de modo amplo o termo se refere mais frequentemente a um comportamento do que a uma atitude, enquanto nas Ciências Sociais tem sido mais usado para se referir à atitude do que ações (Easton, 1975). Todavia, para Easton, a chave do conceito está no tipo de avaliação que o indivíduo faz sobre um objeto político. Portanto, o termo está relacionado tanto com avaliações positivas como negativas, em suma, apoio é o modo pelo qual o indivíduo se orienta valorativamente em relação a um objeto através de suas atitudes ou comportamentos (Easton, 1975).

O autor aponta dois tipos de apoio, sendo o apoio específico caracterizado pela satisfação que os membros de um sistema sentem em relação aos resultados percebidos e ao desempenho das autoridades políticas (Easton, 1975). Esse tipo é direcionado às decisões

políticas percebidas pelos indivíduos, sejam elas ações declarações ou o estilo geral das autoridades. Destaca-se que a validade da aplicabilidade desse conceito vem da suposição de os indivíduos saibam quais são as suas necessidades e demandas, ainda que vagamente, sobre o comportamento das autoridades políticas. Portanto, o modo como esse apoio é constituído pressupõe que os indivíduos possuem a percepção de que a satisfação de suas necessidades e demandas pode ser associada com as autoridades de alguma maneira (Easton, 1975). Caso não façam essa interpretação, o desempenho das autoridades não teria força para influenciar o nível de apoio a elas dirigido (Easton, 1975).

Desta forma, o apoio específico se manifesta em condições nas quais a cultura permite aos indivíduos terem noção de que as autoridades podem ser responsabilizadas pelo que acontece na sociedade (Easton, 1975). Assim, varia de acordo com benefícios percebidos ou satisfações, de modo que, quando estes declinam ou cessam, o apoio tende a diminuir (Easton, 1975).

O apoio difuso, por sua vez, diz respeito às avaliações acerca do que um objeto é ou o que o mesmo representa; o significado que tem para o indivíduo e não o que o objeto faz (Easton, 1975). Assim, consiste no reservatório de atitudes favoráveis que ajudam o indivíduo a aceitar ou tolerar ações que são opostas ou prejudiciais as suas vontades (Easton, 1975). Uma das características desse segundo tipo é a sua maior durabilidade em relação ao primeiro, porém, isto não indica que a relação de significados que o indivíduo possui com o objeto seja intacta ou que não haja flutuações. Mas, devido a sua origem, esse tipo de avaliação tende a ser mais estável em curtos períodos temporais. Em outras palavras, o nível de apoio difuso normalmente será independente do desempenho do sistema em curto prazo e não sofre grandes variações quando há insatisfação com o governo por um período por conta de suas atitudes (Easton, 1975).

Outra característica são suas fontes, podendo ter origem na socialização infantil e adulta ou nas experiências diretas dos indivíduos. Em determinada medida é na infância que as avaliações e os significados são produzidos e esses sentimentos são carregados para o resto da vida. O processo de socialização deixa orientações positivas ou negativas sobre os objetos políticos, e todo o simbolismo e a ideologia repassados durante o processo contribuem para o reservatório de sentimentos, ideias e avaliações dos futuros adultos (Easton, 1975).

Além disso, o apoio difuso também pode derivar da experiência, já que os indivíduos não se identificam com os objetos políticos apenas porque aprenderam, mas também, por aspectos críticos do processo de socialização (Easton, 1975). As crenças sobre o que é

fundamentalmente correto e apropriado para as necessidades políticas, por exemplo, não tem sua origem no que é aprendido na infância, mas da própria experiência e avaliação advinda de um processo crítico sobre as atuais circunstâncias políticas (Easton, 1975).

A pesquisa que pautou essa dissertação buscou verificar essa dimensão valorativa da cultura política através da análise do apoio político dos indivíduos em relação ao regime democrático e como isso tem influenciado no modo como estes se posicionam sobre questões relacionadas à igualdade de gênero na política. Assim, a definição de apoio difuso de Easton foi fundamental nessa análise, uma vez que este se refere aos valores, disposições e orientações que os indivíduos possuem sobre um objeto político, neste caso, a sub-representação feminina.

Sendo assim, para avaliarmos a dimensão cultural dos latino-americanos, o apoio difuso pode ser expresso por meio da confiança ou da legitimidade política dos objetos (Easton, 1975). Trataremos apenas da legitimidade, pois esta reflete, de maneira vaga ou explícita, o modo como os indivíduos veem os objetos políticos, sendo essa avaliação realizada conjuntamente com seus princípios morais e seu senso quanto ao comportamento mais adequado na esfera política.

O autor afirma ser importante reconhecer a distinção entre confiança e legitimidade, e se espera que suas variações sejam independentes um do outro, embora seja muito provável que aqueles que consideram um sistema legítimo também terão considerável confiança no mesmo (Easton, 1975). No entanto, as pessoas podem perder a sua confiança na capacidade das autoridades para governar o país, mas não estão preparadas para negar às autoridades, em geral, o direito moral de governar. Porém, ambos os sentimentos – confiança e legitimidade – são semelhantes na medida em que representam um tipo de apoio teoricamente importante para a visualização da independência das atitudes em relação aos resultados imediatos.

Diante do exposto, Easton estruturou a base necessária para os estudos que buscam a análise da legitimidade democrática, e a partir disso, uma linha de pesquisa que se concentra sobre a dimensão difusa do apoio à democracia começou a se desenvolver, configurando os atuais estudos sobre legitimidade democrática.

É uma tarefa árdua tentar mensurar o grau de apoio político dispensado pelos cidadãos em relação ao sistema político vigente, porque se trata de aplicar empiricamente abordagens que visam à dimensão valorativa dos indivíduos. Apesar de alguns pesquisadores se valerem de medidas sintetizadoras, tem sido cada vez mais recorrente a defesa de tratamentos multidimensionais para a compreensão da legitimidade política, pressupondo que a mesma é

composta por diferentes tipos de orientações e atitudes direcionadas a objetos políticos variados (Norris, 1999; Dalton, 1999; Inglehart, 1999; Ribeiro, 2008). Assim, distintos objetos de apoio têm sido identificados por diferentes pesquisadores que partem de elementos teóricos que tendem a distinguir níveis abstratos de adesão (Ribeiro, 2008; Casalecchi, David e Quaresma, 2013).

Baseando-se na ideia de legitimidade de Easton, é quase consensual entre os especialistas que esse aspecto do apoio à democracia não pode ser limitado a um conceito único, mas sim deve ser visualizado por múltiplas dimensões. Como por exemplo, Norris (1999) busca ampliá-lo considerando a existência de cinco dimensões, que vão desde as mais abstratas até as mais concretas: apoio a comunidade política, adesão aos princípios do regime, avaliação do seu desempenho, apoio às instituições e apoio aos atores políticos.

De modo genérico, a adesão à democracia representa o apoio ao regime democrático enquanto conjunto de regras, princípios e valores, ou seja, diz respeito à aceitação do regime enquanto ideal político normativo (Norris, 1999). Na tentativa de quantificar os elementos abstratos da legitimidade democrática, parte considerável dos estudos sobre democratismo tem utilizado como indicador central o grau de concordância dos cidadãos em relação à seguinte afirmação: *A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo*. Essa questão, que remete a denominada posição churchilliana, é reconhecida internacionalmente como medida de apoio à democracia como forma de governo (Klingemann, 1999; Dalton, 1999) e se refere diretamente à dimensão abstrata ou normativa da cultura política.

Neste sentido, a cautela dos pesquisadores está relacionada às novas democracias, pois, para elas o desafio seria maior uma vez que enfrentam a tarefa de reconstrução do Estado em meio a um quadro de grandes demandas e aspirações populares (Casalecchi, David e Quaresma, 2013). Diante disso, mesmo com elevados percentuais de adesão à democracia, recentes pesquisas (Brattom e Mattes, 2001) têm apontado que essa atitude pode assumir uma natureza de maior fragilidade, isto porque, em alguns momentos esse apoio é “instrumental” ao invés de “intrínseco”. Ou seja, ao contrário de um valor enraizado nas crenças dos indivíduos e na cultura política da região, a adesão à democracia depende de avaliações mais conjunturais.

Em meio a essa discussão, Moisés (2008) em seus estudos sobre a América Latina afirma que tendo em conta o importante papel dos processos de socialização na formação da cultura política, a generalização da preferência pela democracia em décadas recentes não pode

ser pensada como implicando necessariamente em apoio incondicional a todos os elementos do novo regime. Propõe, então, que a adesão à democracia seja observada com cautela nas novas democracias, pois deve se olhar para o passado autoritário dessas sociedades e perceber que ainda possuem resquícios desse regime (Moisés, 2008).

Para testar sua hipótese Moisés construiu uma tipologia que vai além das atitudes de simples adesão ou rejeição à democracia, como a posição churchilliana, deste modo, buscou caracterizar o fenômeno de ambivalência política nas sociedades e seus efeitos para a legitimação da democracia. Pode-se assumir que ambivalência não significa necessariamente uma atitude de contestação ou oposição ao regime democrático, mas sinaliza falta de segurança em escolhê-lo como único regime político aceito (Casalecchi, David e Quaresma, 2013).

Assim, sua tipologia é dotada de dois indicadores de adesão à democracia, produzidos pelas seguintes questões: 1) “você concorda muito, concorda, discorda ou discorda muito que a democracia pode ter problemas, mas é o melhor o melhor sistema de governo”; 2) “com qual das seguintes frases você concorda mais; a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo; em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível; para pessoas como eu, dá no mesmo um regime democrático ou não democrático” (Moisés, 2008).

A partir dos resultados, Moisés classificou os indivíduos em autoritários, democratas e ambivalentes. Os primeiros seriam aqueles que, em uma resposta, disseram discordar que a democracia seja a melhor forma de governo, e na outra, disseram que um regime democrático pode ser preferível, ou que tanto faz um regime democrático e um não democrático (Ibid.). Já os democratas concordam que a democracia é a melhor forma de governo, assim como acreditam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Por fim, os ambivalentes são aqueles que oscilam suas respostas e tomam posições intermediárias, ou seja, eles podem concordar que a democracia é a melhor forma de governo, mas, acreditam que em algumas situações um governo autoritário pode ser preferível ou que tanto faz um regime democrático ou não democrático; ou, no caminho inverso, podem acreditar que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, mas, em seguida, discordar que ela seja a melhor forma de governo (Ibid.).

Desta forma, este estudo coloca em pauta o problema da adesão à democracia e a legitimidade democrática nos países em cenário global. Contudo, a proposta de Moisés apresenta algumas lacunas metodológicas, tais como a falta de sistematização e uma

explicação mais substantiva a respeito das variáveis que medem as atitudes autoritárias e a forma como elas se relacionam (Casalecchi, David e Quaresma, 2013). Também merece destaque o seu enfoque, já que ao se preocupar mais com os ambivalentes, não explica porque grande parte dos democratas apresentam atitudes autoritárias.

Em razão dessas considerações, Casalecchi, David e Quaresma (2013), em seu artigo *Qualificando a adesão à democracia no Brasil*, oferecem uma proposta que vai além da testada por Moisés. Ao invés de observar a ambivalência a partir de duas perguntas similares sobre adesão à democracia, propõem que ela seja verificada a partir das atitudes dos democratas em relação a diferentes dimensões do regime democrático. Portanto, o foco não está sobre os cidadãos ambivalentes, mas sim sobre os democratas e em que medidas eles são, ou não, coerentes em suas atitudes quando confrontados com diversas questões (Casalecchi, David e Quaresma, 2013).

O ponto de partida desses pesquisadores são as proposições de Booth e Seligson (2009) e Carlin e Singer (2011). Os primeiros adotam uma postura crítica quanto às formas convencionais de mensuração da adesão à democracia, destacando dois problemas fundamentais. A priori, devido à expansão da democracia, cada vez mais o termo se mostrou associado a algo positivo, enquanto os regimes autoritários ganharam uma feição negativa. Assim, a democracia passou a ser um regime “socialmente desejável”, então a declaração da preferência pelo regime pode refletir muito mais uma resposta socialmente orientada a um termo com conotação positiva do que uma escolha esclarecida (Booth e Seligson, 2009). A segunda dificuldade estaria no elevado grau de abstração do termo democracia, o que dá abertura para inúmeras interpretações, e assim, um único termo passa a ser um conjunto de definições imprecisas que dificultam o real entendimento dos indivíduos sobre seu significado. Em busca de saídas, Booth e Seligson (2009) argumentam que a melhor maneira de mensurar a legitimidade dos regimes democráticos não seria por meio da pergunta direta, mas sim pela aceitação indireta de suas dimensões.

Assim como Norris (1999), Carlin e Singer (2011) também adotam postura de defesa da multidimensionalidade do conceito de apoio democrático, porém acrescentam que o tipo ideal de democrata coexiste com cidadãos que mantêm sistemas de crenças mistos ou ambivalentes. Diante disso, os autores dividem o suporte democrático em quatro diferentes dimensões: contestação pública, participação inclusiva, limites de autoridade executiva e instituições e processos políticos (Carlin e Singer, 2011). Chegam à conclusão de que as dimensões são determinadas por fatores e intensidades distintas, sendo alguns determinados por variáveis

culturais e outros pelo desenvolvimento econômico ou político. Todavia, o mais relevante em seu trabalho é que a adesão à democracia seja observada a partir de diferentes enfoques.

Assumindo uma estratégia que combina as contribuições dos autores acima mencionados, Casalecchi, David e Quaresma (2013) tratam a adesão à democracia não como uma única atitude de preferência pelo regime, mas como múltiplas atitudes que envolvem a adesão a diferentes princípios orientadores do regime democrático. Em razão disso, propõem a mensuração da adesão à democracia, e conseqüentemente, a legitimidade dos regimes democráticos, em quatro aspectos: *adesão aos procedimentos de escolha*; *adesão normativa ao voto*; *adesão à participação de todos* e *adesão ao regime democrático partidário* (Casalecchi, David e Quaresma, 2013).

O primeiro aspecto, partindo de uma definição minimalista da democracia, diz respeito à existência de eleições livres e competitivas para a escolha dos cargos de liderança. Assim, a *adesão aos procedimentos de escolha* sugere que qualquer indivíduo que aceite outros meios fora à eleição livre e competitiva para o exercício do governo político fere essa dimensão e não é classificado como democrata (Casalecchi, David e Quaresma, 2013). O segundo ponto, *adesão normativa ao voto*, privilegia a importância da participação política dos cidadãos, principalmente a partir do comparecimento eleitoral por meio do voto. Assim, quanto mais o indivíduo valoriza o seu voto como um instrumento de participação política, maior será sua adesão à democracia. Esta medida ajuda a compreender em que medida o comportamento dos cidadãos está de acordo com a norma internalizada ou reflete uma simples obrigação imposta pelo Estado (Casalecchi, David e Quaresma, 2013).

Indo além da participação política eleitoral, a dimensão da *adesão à participação de todos* diz respeito ao valor que as pessoas atribuem a esse envolvimento de modo geral, ou seja, é o valor dado à participação coletiva (Casalecchi, David e Quaresma, 2013). Por fim, a dimensão *adesão ao regime democrático partidário* diz respeito ao papel assumido pelos canais representativos no processo democrático. Apesar do papel fundamental exercido pela participação, a representação é um elemento indispensável à democracia moderna. Assim, os partidos políticos são a peça central desse aspecto e, independente de posição ideológica e partidária, são fundamentais para as engrenagens democráticas (Casalecchi, David e Quaresma, 2013).

Deste modo, fica demonstrada a complexidade em se mensurar o grau de apoio dos indivíduos para com um sistema político, pois se tenta atingir as bases concretas e abstratas de suas orientações. Assim, ainda que haja análises que não partam do princípio da

multidimensionalidade do fenômeno, utilizaremos este último como diretriz básica na aplicação empírica do conceito de democratismo. Portanto, buscaremos verificar no contexto latino-americano se a adesão à democracia, nessa perspectiva multidimensional, está relacionada com as disposições favoráveis à igualdade de gênero. No próximo capítulo passaremos a expor a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos inicialmente.

## 4 METODOLOGIA

Nesse capítulo, focalizamos a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, tendo como base o método quantitativo. Na primeira seção, voltamos rapidamente o diálogo com a obra *Rising Tide* (2003), uma vez que este se apresenta como o referencial teórico sobre a importância da cultura política para análise das questões relacionadas à desigualdade entre homens e mulheres. Em especial, sobre o espaço político, os autores apontam que aderir abstratamente à democracia em seus valores e princípios poderia influenciar em atitudes e comportamentos mais tolerantes dos indivíduos sobre a presença da mulher nos parlamentos. Retomamos essa afirmação central, nesse momento, para subsidiar a formulação do nosso problema de pesquisa e de nossas hipóteses.

Durante a segunda seção, apresentamos como se desenvolveu a parte empírica da pesquisa. Buscamos especificar as bases de dados escolhidas para a aplicação do método quantitativo: WVS (World Values Surveys) e LAPOP (Latin American Public Opinion Project). A partir disso, detalhamos como foi encaminhada a escolha das variáveis de adesão à democracia, e as referentes às questões de gênero. Ressalva-se que para o eixo da democracia foi utilizada uma metodologia alternativa à proposta tradicional, que os estudos contemporâneos sobre democracia veem utilizando na tentativa de analisar multidimensionalmente o fenômeno da adesão.

Por fim, na terceira seção, apresentamos os métodos empregados no processamento dos dados que possibilitaram analisar longitudinalmente os países da América Latina e testar as hipóteses desenvolvidas teoricamente.

### 4.1 PROBLEMAS E HIPÓTESES

O tema da desigualdade de gênero em algumas abordagens é visto como um fenômeno social de única causa, o que coloca em oposição as diferentes perspectivas que buscam a sua explicação. Contudo, a literatura contemporânea têm se debruçado sobre esse fenômeno pelo viés da multicausalidade, sendo a desigualdade entre os gêneros o produto de um processo social influenciado por diferentes fatores. Sendo assim, baseados nesse olhar, que a presente pesquisa se desenvolveu, e para tanto, focalizando uma das dimensões desse processo, a cultura política.

É quase consensual que crescimento econômico e reformas jurídico-institucionais são importantes como estratégias globais de longo prazo para promover a igualdade de gênero. Uma parte da literatura contemporânea enfatiza as diferenças culturais nos papéis familiares e sexuais, e, por isso, baseia suas ideias na importância das mudanças nas normas patriarcais tradicionais para transformar as relações sociais, e conseqüentemente, diminuir o abismo entre homens e mulheres.

O apoio a esta tese vem de evidências qualitativas, muitas vezes com base em entrevistas pessoais, observação participante e estudos de caso, não havendo muitas pesquisas que se voltavam para uma análise quantitativa. Com o desenvolvimento da metodologia quantitativa foi possível realizar análises comparativas dos indicadores sociais entre as nações, além disso, estas análises revelaram contrastes substanciais entre a vida e os papéis de homens e mulheres ao redor do mundo. No entanto, o monitoramento quantitativo das atitudes culturais em relação à igualdade de gênero em muitas sociedades restou disperso e inconclusivo, pois, a maioria dos estudos se limitou às sociedades ricas, pós-industriais, e democracias consolidadas no Oeste Europa e América do Norte.

Nesse sentido, Ronald Inglehart e Pippa Norris com *Rising Tide* (2003) trazem para o debate a cultura política, os pesquisadores partiram da metodologia quantitativa para realizar as suas mensurações e verificar a hipótese de que o desenvolvimento humano traria mudanças nas atitudes e valores em direção à igualdade de gênero em, praticamente, qualquer sociedade que experimentasse as várias formas de modernização<sup>10</sup>.

Baseados nessas afirmações teóricas e no déficit de pesquisas de cunho quantitativo voltadas para a América Latina, que procuramos investigar quais os possíveis relacionamentos entre as mudanças nos valores políticos dos latinos americanos e suas disposições em relação ao tema da mulher na política. Mais especificamente, focalizamos o democratismo manifesto pelo público como traço representativo da cultura política e analisamos como essa adesão normativa ao sistema democrático se relaciona com disposições relativas ao empoderamento político feminino.

Nossa hipótese principal é de que os que aderem a democracia em seus valores e princípios, resultando em uma cultura política mais democrática, possuem valores mais amplos de tolerância e auto-expressão, sendo mais propensos à aceitação de padrões que destoem do tradicional, como no caso da presença feminina no meio político. Desta forma, buscamos verificar no contexto da América Latina, por meio de uma análise longitudinal, se

---

<sup>10</sup> Em *Rising Tides* (2003), Ronald Inglehart e Pippa Norris apresentam a modernização nas seguintes fases: da agricultura para a industrialização e da industrialização para a pós-industrialização.

está acontecendo essa maior adesão abstrata dos indivíduos à democracia, e também, ao longo dos anos, como os latinos americanos estão se posicionando em relação à presença da mulher nas demais áreas da vida social e não somente no mundo da política. Por fim, realizamos testes estatísticos adequados para examinar a hipótese central dessa pesquisa e confirmar (ou não) se realmente existe a relação entre adesão abstrata à democracia e atitudes favoráveis à igualdade de gênero na política. Em torno desse quadro de pesquisa, a seguir apresentaremos como se realizou a escolha das bases de dados e também quais são as variáveis condizentes com cada eixo da análise.

#### 4.2. DADOS E VARIÁVEIS

Inicialmente, buscou-se observar como a mulher está sendo vista ao longo dos anos pelos latinos americanos. Para tanto, utilizamos as ondas de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2012 do WVS (World Values Survey), isto, porque, essa é a base de dados que contém o maior número de variáveis relacionadas às questões de gênero durante um espaço temporal mais abrangente.

O World Values Survey <sup>11</sup>é uma rede global de cientistas sociais que estuda as mudanças dos valores e seu impacto na vida social e política, sendo conduzida por uma equipe internacional de estudiosos. A pesquisa teve início em 1981 e consiste em estudos nacionais representativos realizados em quase 100 países, contém cerca de 90 por cento da população do mundo, sendo a maior investigação não comercial entre as nações já executada, atualmente, incluindo entrevistas com quase 400.000 respondentes.

O WVS procura ajudar os cientistas e formuladores de políticas a entenderem mudanças nas crenças, valores e motivações das pessoas em todo o mundo. Milhares de cientistas políticos, sociólogos, psicólogos sociais, antropólogos e economistas têm usado esses dados para analisar temas como desenvolvimento econômico, a democratização, a religião, a igualdade de gênero, capital social, e bem-estar subjetivo.

O WVS possui atualmente 6 ondas, sendo que a sexta (2010 – 2014) foi disponibilizada apenas no final do ano de 2014 e em função do tempo não foi possível utilizá-la nas análises. A primeira onda foi realizada em 1981 e para América Latina somente a Argentina fez parte

---

<sup>11</sup> Maiores informações: [www.worldvaluessurvey.org](http://www.worldvaluessurvey.org)

da pesquisa, assim utilizamos os dados a partir da segunda, que envolveu maior número de países.

De forma detalhada, a segunda onda foi aplicada entre os anos de 1990-1994 e contou com 4 países da América Latina e com o total de 5.815 entrevistados, sendo 1002 para a Argentina, 1782 para o Brasil, 1500 para o Chile e 1531 para o México. A terceira se realizou entre os anos de 1995 a 1998, sendo os países selecionados a Argentina, Chile, Colômbia, El Salvador, México, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, totalizando 1674 entrevistas.

Entre 1999 e 2004, com a quarta onda, foram realizadas 9718 entrevistas na Argentina, Chile, México, Peru, Porto Rico e Venezuela. Já com a quinta, tivemos a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala México, Peru e Uruguai, e durante os anos de 2005-2009 o total de entrevistas foi de 11587. Destaca-se, como o WVS é uma pesquisa que possui seu campo de atuação em quase todo o mundo, os países que integram cada onda acabam sendo diferentes, pois, não há prioridade em uma região em específico. Deste modo, a alternância de países é coerente com um projeto amplo, além disso, existem países que tiveram questionários diferenciados com pesquisas próprias para seu território, como no caso do Brasil que não aparece na base de dados geral em alguns anos.

Desta maneira, ancorados na ampla gama de possíveis variáveis relacionadas ao campo de desigualdade de gênero apresentadas pelas pesquisas realizadas pelo WVS, necessitou-se escolher as variáveis que apareceram com mais frequências nas pesquisas. Sendo assim, buscando apresentar um quadro histórico da visão dos latinos americanos sobre a mulher em diversas áreas da vida em sociedade, optou-se por 5(cinco) questões que foram consideradas mais adequadas para esse objetivo.

Pautado no critério de mais frequências em pesquisas, e também, maior adequação para captar os valores e comportamentos dos indivíduos em relação as mulheres, selecionamos, primeiramente, a seguinte questão: *O senhor (a) acha que uma mulher tem de ter filhos, à fim de se satisfazer ou isso não é necessário?* O entrevistado possuía duas opções de respostas, necessita ter filhos ou não necessita, sendo a codificação (1) necessita ter filhos e (2) não necessita. A segunda questão era estruturada da seguinte forma: *Se uma mulher quer ter um filho como mãe solteira, mas ela não quer ter um relacionamento estável com um homem, o Sr.(a) aprova ou desaprova?* As opções e as codificações das respostas eram (1) aprova, (2) desaprova e (3) depende. A terceira variável dizia respeito à presença das mulheres no mundo do trabalho, pedia-se ao entrevistado se ele concordava ou discordava da seguinte afirmativa:

*Quando os empregos estão escassos, os homens possuem mais direito a um emprego do que as mulheres*, sendo (1) para concorda, (2) para nem concorda e nem discorda e (3) para discorda. Em relação à educação, a variável escolhida também demandava concordância ou discordância do entrevistado em relação à afirmativa, *Ingressar na Universidade é mais importante para homens do que para as mulheres*. Diferentemente da anterior, essa questão poderia ser respondida da seguinte forma: (1) concorda muito, (2) concorda, (3) discorda e (4) discorda muito. E por fim, a variável que consegue relacionar política e desigualdade de gênero, *Os homens são melhores líderes políticos que as mulheres*, com codificação e possíveis respostas idênticas à anterior.

Apesar de haver outras questões que também captassem a desigualdade de gênero e ajudasse a moldar a figura da mulher em diferentes campos, optou-se, apenas, por essas 5(cinco) pelos critérios já estabelecidos de tempo e adequação. Porém, é de suma importância destacar que apesar da existência de outras variáveis em potencial, em todos os questionários somente uma questão consegue captar a relação entre política e gênero, o que nos limita em utilizar como base para os futuros testes apenas uma variável para esse campo.

Realizadas as escolhas das variáveis de gênero para o estudo longitudinal, passou-se à escolha das variáveis sobre adesão à democracia – democratismo. Nos capítulos anteriores, já foi citado que na presente dissertação se buscou seguir a tendência das pesquisas mais contemporâneas sobre adesão à democracia, e se optou por utilizar mais de uma dimensão para as análises estatísticas. Nesse sentido, para poder testar a relação entre cultura política e igualdade de gênero com dados mais atuais, determinou-se a aplicação, na análise longitudinal das medidas de cultura política, das mesmas variáveis que foram bases para os demais testes. Sendo assim, como as variáveis mais atuais pertencem ao banco de dados do LAPOP (Latin American Public Opinion Project), foram os dados produzidos pelas pesquisas nos anos de 2004 até 2012 os pertencentes à série histórica da América Latina<sup>12</sup>.

O LAPOP originou seus estudos sobre valores democráticos em um único país, a Costa Rica. Essa pesquisa de opinião pública pioneira ocorreu na década de 1970, uma época em que grande parte da América Latina experimentava regimes repressivos que proibiam amplamente as pesquisas. Como a democratização se expandiu na região, o LAPOP cresceu em tamanho e escopo e hoje realiza regularmente pesquisas de opinião pública em quase todos os países da América Latina, Canadá, Estados Unidos e grande parte do Caribe.

---

<sup>12</sup> <http://www.vanderbilt.edu/lapop/index.php>

O LAPOP emprega uma metodologia rigorosa tendo o máximo de cuidado no cálculo das amostras nacionais, sendo realizados inúmeros pré-testes para cada novo módulo de questionário apresentado e extensivo treinamento dos entrevistadores pelos professores e funcionários do LAPOP.

Em 2004, o LAPOP estabeleceu um novo projeto chamado America's Barometer, realizando pesquisas sobre valores e comportamentos democráticos nas Américas, organizado por um consórcio de parceiros acadêmicos nos países americanos. A primeira rodada de survey incluiu entrevistados em idade de voto de 11 países. A segunda rodada de pesquisas, em 2006, representou 22 países do hemisfério. A terceira rodada de 2008, incluiu 24 países das Américas. Em 2010, 26 países foram incluídos, da América do Norte, América Latina e Caribe, acrescentando Trinidad & Tobago, bem como Suriname. Em 2012, que marca a última rodada de pesquisas, 26 países foram incluídos novamente, e mais de 41.000 entrevistas foram realizadas. O projeto, atualmente, encontra-se no campo para a rodada 2014, que será composta por pesquisas nacionais de 27 países das Américas. O America's Barometer é o projeto de pesquisa regional mais amplo no Hemisfério Ocidental.

O America's Barometer é a única pesquisa de opinião pública sobre cultura democrática e de comportamento que abrange as Américas (Norte, Central, do Sul e Caribe). O objetivo dessa pesquisa é medir os valores democráticos e os comportamentos nas Américas utilizando amostras nacionais de probabilidade de adultos em idade de voto. A cada dois anos é realizado o levantamento do America's Barometer. Por isso, o LAPOP desenvolveu um banco de dados com informação da opinião pública sobre os pontos de vista políticos de toda a América Latina. Esta informação tem sido a base de dezenas de artigos em revistas profissionais, e também tem sido utilizada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em seus esforços para promover a democracia latino-americana e, talvez mais significativamente, pelos governos de vários países latino-americanos.

Primeiramente, a escolha do LAPOP se deu pelo fato desse projeto possuir a base de dados mais atual disponível, do ano de 2012. Outras instituições, como o WVS (World Values Survey)<sup>13</sup>, já aplicaram seus surveys após o ano de 2012, porém, os dados ainda não foram disponibilizados. Além disso, para a presente dissertação era essencial que nos questionários houvessem questões relacionadas com gênero, democracia e cultura política, e a mais importante, uma questão que relacionasse gênero e política. Assim, já não seria possível

---

<sup>13</sup> <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>

utilizar o LatinoBarómetro<sup>14</sup>, porque seu último survey não possuía essa última questão, o que não seria interessante para os objetivos dessa dissertação. Sendo assim, o LAPOP foi a escolha mais pertinente para a investigação que se pretendia realizar.

Diante de todo o exposto, tomamos como base os surveys produzidos pelo LAPOP e pelo WVS, mas, principalmente, pelo America's Barometer, e, assim, a dissertação se dividiu em três eixos: democratismo, gênero e gênero e política. A utilização dos dados se deu nos seguintes sentidos: primeiramente, realizamos a análise de forma longitudinal das variáveis de cada eixo para a América Latina; na sequência foram efetuadas análises para detectar se há relação entre essas variáveis.

Como já demonstramos as variáveis sobre gênero, passaremos para as variáveis de democratismo. Em relação à análise longitudinal da América Latina, esta foi realizada utilizando os dados do America's Barometer de 2004 a 2012. Em 2004, os países da América Latina que participaram foram: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana, tendo cada país 1.500 casos, contudo, cada país possui um peso para tornar cada amostra válida.<sup>15</sup> Já em 2006, participaram: Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. No ano de 2008 além dos países citados também participou pela primeira vez a Argentina e Belize, sendo, então, fixados os 27 países presentes no projeto até 2012.

Neste sentido, foram selecionadas questões que estivessem na maior parte dos questionários, o que nos possibilitou realizar a análise longitudinal das atitudes dos latinos americanos. Desde já, vale ressaltar, existiam questões que possuíam extrema afinidade com o tema, porém, faziam-se presentes em apenas alguns anos da pesquisa ou foram realizadas em alguns países, assim, nos impediu de conseguir construir um cenário longitudinal adequado.

Primeira, em relação às variáveis sobre democratismo, parte considerável dos estudos tem utilizado como indicador central o grau de concordância dos cidadãos em relação à seguinte afirmação: *A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo*. Essa questão, que nos remete a denominada posição churchilliana, é

<sup>14</sup> <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

<sup>15</sup> A maioria das amostras do America's Barometer são autoponderada exceto para Bolívia, Chile, Haiti, Equador e Suriname. Cada conjunto de dados de cada país contém uma variável chamada WT, que é a variável "peso do país". Em países em que a amostra é autoponderada, o valor de cada caso = 1. Além disso, a fim de dar a cada país, no estudo um peso idêntico da amostra, LAPOP "repeçou" cada conjunto de dados do país nos arquivos mesclados para que cada país tenha N de 1500. A variável "WEIGHT1500" deve ser ativado para produzir representante nacional resultados. No SPSS isso é feito através do comando "peso".

reconhecida internacionalmente como medida de apoio à democracia como forma de governo (Klingemann, 1999; Dalton, 1999) e se refere diretamente à dimensão abstrata ou normativa da cultura política.

Klingemann (1999) utilizando também as bases de dados do WVS para uma análise em escala mundial, concluiu que esse tipo de adesão normativa está solidamente estabelecido. Dos 38 países analisados pelo autor, nenhum obteve percentual de apoio de menos que 70% da população, ficando a média global em 84%. Mesmo entre os países do leste asiático, que apenas parcialmente tomaram parte da chamada terceira onda de democratização, esse apoio normativo tem despontado nos últimos anos com bastante intensidade. Independentemente do regime concretamente existente em cada uma dessas nações, um consenso favorável à democracia parece ter se formado na região (Dalton e Shin, 2004).

Contudo, como apontado no capítulo II, as novas democracias desafiam a solidez dessa medida que passa a ser questionada como ideal de mensuração para o democratismo. As pesquisas mais contemporâneas argumentam que a medida churchilliana estaria se tornando de natureza “instrumental” ao invés de “intrínseca”, assim, não seria mais suficiente para captar os valores enraizados nas crenças e na cultura política dos indivíduos. Isto porque, adesão à democracia não depende apenas da rejeição de um regime, mas sim, de avaliações mais conjunturais e subjetivas dos cidadãos (Brattom e Mattes, 2001 ; Moisés 2008).

Os estudos realizados por Moisés (2008), na América Latina, merecem destaque por ser uma tentativa de construir uma tipologia que fosse além da mensuração tradicional, que é unidimensional. Mesmo apresentando algumas lacunas metodológicas, sua pesquisa é de extrema relevância nos estudos culturalista e de grande influência no desenvolvimento dos trabalhos que enfatizam a democracia.

Em torno dessas considerações, Casalecchi, David e Quaresma (2013) propõem a mensuração da adesão à democracia em quatro aspectos: *adesão aos procedimentos de escolha; adesão normativa ao voto; adesão à participação de todos e adesão ao regime democrático partidário.*

A “adesão aos procedimentos de escolha” retorna a uma definição minimalista da democracia que é a existência de eleições livres e competitivas para a escolha dos cargos de liderança (Casalecchi, David e Quaresma, 2013). Ou seja, qualquer regime que não satisfaça essa condição, é classificado como outro que não uma democracia (Cheibub e Przeworski, 1997). Transportado para o terreno das atitudes políticas, qualquer indivíduo que aceite outros

meios fora às eleições livres e competitivas para o exercício do governo político, fere uma de suas dimensões mais elementares, os instrumentos democráticos de escolha.

Para mensurar essa dimensão, os autores propõem a utilização de três variáveis binárias, todas codificadas como 1) se justifica e 2) não se justifica, feitas a partir das perguntas: “*Diante de desemprego muito alto seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?*”; “*Quando há muito crime seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?*”; “*Diante de muita corrupção seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?*”. Todas essas perguntas referem-se a possibilidade de um golpe militar em situações de crise econômica (empregos), social (crime) e política (corrupção), de forma a atingirem o princípio básico da alternância de governos a partir de eleições competitivas, livres e justas (Casalecchi, David e Quaresma, 2013).

O segundo aspecto busca captar o comportamento dos cidadãos sobre um ponto fundamental da democracia que é a participação política dos cidadãos, especialmente a partir do comparecimento eleitoral, ou seja, o voto (DAHL, 1997). No contexto Latino americano analisar a relação com voto é essencial uma vez que em vários países o voto é obrigatório, então, entender a relação voto – cidadão ajuda a compreender em que medida o cidadão está de acordo com a norma ou se isto reflete apenas uma obrigação imposta legalmente (Casalecchi, David e Quaresma, 2013). Nesse sentido, a hipótese é de que quanto mais o indivíduo valoriza o voto como instrumento de participação política, maior a sua adesão à democracia no aspecto “adesão normativa ao voto” (Ibid.).

Para isso, foi escolhida uma variável binária a partir do questionamento: “*Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular, é sempre o melhor. O que o(a) sr./sra. pensa?*”. Nesse caso, a hipótese é de que serão democráticos aqueles que acreditam ser a democracia eleitoral a melhor opção, o que adere um valor normativo ao ato de votar.

A terceira dimensão, da *adesão à participação de todos*, diz respeito a participação coletiva de uma maneira geral com a possibilidade do cidadão utilizar qualquer mecanismo de participação em qualquer momento de sua vida. O objetivo era compreender o quanto a possibilidade da liberdade de participação é valorizada pelo entrevistado, formulando a hipótese de que aquele que acredita e valoriza a participação coletiva é mais democrático (Ibid.). Para medir essa atitude, foi utilizada uma variável binária, sendo 1- para

pulso firme e 2- para participação de todos, feita a partir da seguinte pergunta: “*O(A) sr/sra. acredita que em nosso país faz falta um governo de “pulso firme”, ou que os problemas podem se resolver com a participação de todos?*”. Apesar do seu caráter mais generalista, a pergunta visa, justamente, contrapor a necessidade de um governo pulso firme e, portanto, de tendência mais autoritária, à participação coletiva.

Apesar de parecerem semelhantes, a dimensão de “adesão normativa ao voto” e “adesão a participação popular” se diferem por se referirem à diferentes objetos. Na dimensão da participação política o voto não é o objeto de valoração, mas sim a participação mais ampla do cidadão na esfera política para atuar como agente político em razão de seus interesses e demandas (Casalecchi, David e Quaresma, 2013). Assim, procura-se captar a adesão dos entrevistados a essa participação de modo geral e a qualquer tempo, não sendo restrito ao momento eleitoral.

Por fim, a última dimensão refere-se ao papel assumido pelos canais representativos no processo democrático, em especial ao que se refere aos partidos políticos. Embora a participação seja, por natureza, fundamental à democracia, a representação é um elemento indispensável (Dalton, 1999; Sartori, 1999). Os partidos políticos não se apresentam somente como formas de expressão das ideias e ideologias políticas de grupos, mas também servem para a organização e funcionamento de uma democracia representativa moderna. Nesse caso, independente de posições ideológicas e partidárias, os partidos políticos são peças fundamentais da engrenagem democrática moderna (Ibid). No que se refere às atitudes políticas, ainda que as pessoas não gostem de um ou outro partido, ou até mesmo nenhum deles, elas reconhecem a sua necessidade e, mais do que isso, o seu caráter indispensável ao exercício democrático (Ibid). Trata-se de uma dimensão classificada como “*adesão ao regime democrático partidário*”.

Uma medida clássica dessa atitude pode ser derivada a partir da seguinte questão: “*Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?*”. Diferente das anteriores que eram binárias, a resposta dessa pergunta era, originalmente, uma escala de variação de 1 a 7, em que 1 é discorda muito e 7 concorda muito. Para padronização dos dados no momento de efetuar os testes, recodificamos os seus valores no sentido do não democrático para o democrático, ou seja, invertemos a escala, passando a ser 1 concorda muito e 7 discorda muito. Assim, os indivíduos que se localizaram de 1 a 4 foram considerados como aqueles que não aderem a essa dimensão, e os de 5 a 7 os que discordam, aqueles que aderem.

Como medida que relaciona cultura política e gênero optamos pela pergunta mais tradicional, *De modo geral, os homens são melhores líderes políticos que as mulheres?*, sendo codificada seguinte forma: 1) Concordo Muito, 2) Concordo, 3) Discordo e 4) Discordo muito. Para facilitar a análise, realizamos a recodificação dessa variável com o intuito de torná-la binária, ou seja, juntamos as respostas 1 e 2 e denominamos como Concorda e também reunimos as respostas 3 e 4 formando o Discorda. Haviam outras questões que relacionavam igualdade de gênero e política, mas como não foram aplicadas em alguns países a utilização não foi possível.

Após a escolha da metodologia e das variáveis mais adequadas para a mesma, essa pesquisa se encaminhou para os testes estatísticos que pudessem auxiliar no objetivo de verificar a relação entre cultura política democrática e igualdade de gênero. Assim, na próxima seção, iremos discorrer sobre como se deu a análise estatística.

#### 4.3 MÉTODOS E TÉCNICAS

A partir da seleção das variáveis e suas recodificações, iniciou-se a aplicação dos modelos estatísticos necessários para testarmos as hipóteses referentes ao relacionamento entre cultura política e igualdade de gênero. Como a hipótese principal dessa dissertação é que a adesão a valores democráticos é acompanhada de atitudes tolerantes em relação à presença das mulheres na política, as variáveis escolhidas também deveriam seguir nessa direção. Nesse sentido, como a variável de gênero e política em sua codificação original segue no sentido de não democrático para democrático, as demais variáveis sobre democratismo deveriam estar condizentes. Por isso, somente a variável escalar da dimensão *adesão ao regime democrático partidário* mudou o sentido e foi recodificada de não democrático para democrático.

Após o aperfeiçoamento das codificações, o objetivo inicial era verificar se havia a possibilidade de agrupar as quatro dimensões de mensuração da democracia (*adesão aos procedimentos de escolha; adesão normativa ao voto; adesão à participação de todos e adesão ao regime democrático partidário*) e construir um índice de democratismo com todas as variáveis juntas. Para isso, utilizamos a chamada Análise Fatorial (AF), que é uma técnica de análise exploratória de dados que tem por objetivo descobrir e analisar a estrutura subjacente de um conjunto de variáveis inter-relacionadas de modo a construir uma escala de

medida de fatores (intrínsecos) possa controlar de alguma forma as variáveis originais (Marôco, 2011).

O objetivo da AF é atribuir um *score* (quantificação) a fatores que não são diretamente observáveis, ou seja, como o objetivo era a criação de um índice com todas as variáveis de democratismo, a AF produz um *score* que pondera as respostas altamente correlacionadas. Portanto, consegue determinar se há correlação entre as variáveis suficiente para agrupá-las e resumir suas informações em um número reduzido de fatores. Isto permite identificar as relações entre as variáveis que de outra forma passariam despercebidas no conjunto mais amplo de variáveis originais.

Para produzir afirmações, a partir de dados amostrais, que sejam válidas para a população de onde essa parte foi extraída, é necessário entender e empregar o aparato técnico envolvido nos testes de significância estatística. Para tanto, estabelecemos como hipótese nula a não relação entre cultura política democrática e igualdade de gênero, convencendo um nível de probabilidade ( $\alpha$  ou alpha) 0,05 (Barbetta, 2011). Como almejávamos verificar se havia relação e ao mesmo tempo qual seria a direção desse relacionamento, selecionamos o teste de associação *Gamma*. Esse teste é uma estatística de redução de erro, que tem a característica de indicar qual a direção da associação entre as variáveis independente e dependente (Bohrnstedt e Knoke, 1988). Seu sinal varia de -1 a +1, sendo, a extremidade negativa a expressão de um relacionamento negativo perfeito e representa que os pares tem o sentido inverso, ou seja, quando X aumenta Y diminui. De modo inverso, a extremidade positiva pressupõe um relacionamento positivo perfeito, o qual os pares tem o mesmo sentido, enquanto o 0 absoluto representa ausência de relacionamento, deixando claro que quanto mais próximo de 0 mais fraco o relacionamento entre as variáveis.

Quando os pares do teste de associação são observados, a primeira coisa que analisamos é se o sig. (significância) é igual ou menor que 0,05. Caso seja maior, ocorre a aceitação da hipótese nula, ou seja, não há relação significativa entre as variáveis. Porém, caso o sig. se enquadre dentro do valor esperado, a hipótese nula é rejeitada, passando a ser aceita a hipótese inversa de que há associação entre as variáveis. Neste último caso, para se conhecer mais profundamente esse relacionamento, utiliza-se o modelo de Regressão Logística.

A Regressão logística tem por objetivo determinar o efeito de um grupo de variáveis sobre a probabilidade de um evento, ou seja, por meio da regressão é possível verificar a força da relação entre a variável dependente e as independentes (Marôco, 2011). No presente caso, a variável dependente, de acordo com nossa hipótese e embasamento teórico, foi a medida

derivada da pergunta *De modo geral, os homens são melhores líderes políticos que as mulheres?* Enquanto que as independentes são as de democratismo, e também, as chamadas variáveis sócio-demográficas como sexo, idade, escolaridade e classe social, que atuam como variáveis de controle dos efeitos. Portanto, pautada na bibliografia já apresentada e nos modelos e técnicas estatísticas descritas passaremos no capítulo seguinte a expor os resultados encontrados.

## 5 CULTURA POLÍTICA E DISPOSIÇÕES FAVORÁVEIS À IGUALDADE DE GÊNERO

Toda a discussão teórica e os levantamentos bibliográficos efetuados ao longo dos capítulos tiveram por objetivo olhar o fenômeno da sub-representação feminina no mundo e na América Latina por um prisma alternativo às teorias mais consolidadas. Nossa proposta era introduzir na discussão a importância do papel das atitudes e valores para a configuração do quadro da sub-representação feminina nas jovens democracias latino-americanas.

Deste modo, a linha culturalista, que argumenta a relevância dos valores democráticos nessa dinâmica, foi o ponto de partida para a formulação da hipótese principal: aqueles que aderem à democracia de maneira abstrata, também, possuem comportamentos mais igualitários em relação à presença feminina na política. Contudo, anteriormente ao teste dessa hipótese, essa dissertação se preocupou em analisar como a figura feminina é vista em diversas áreas da vida social pelos cidadãos dessa região. Mesmo sendo o foco da pesquisa o espaço político, a mulher ainda sofre repressões nas demais áreas da vida social e para afirmarmos que há uma mudança na cultura política dos latinos americanos em direção aos valores de igualdade e tolerância era necessário observar se comportamentos mais igualitários em relação ao gênero, também, apresentam-se para questões de outras naturezas, que não sejam, exclusivamente, política.

Neste sentido, durante todo esse capítulo expomos os resultados descritivos de um quadro geral de mudanças na cultura política da América Latina e, também, os resultados referentes ao teste da hipótese da relação entre adesão abstrata à democracia e atitudes favoráveis à presença das mulheres na política. Assim, na primeira seção, focalizamos a série histórica de algumas medidas que avaliam as atitudes dos latinos americanos em relação às demais dimensões da desigualdade entre homens e mulheres<sup>16</sup>, isso através dos dados produzidos pelo WVS desde 1990.

Seguidamente, na segunda seção, voltamos nossos esforços para observar, especificamente, a dimensão do democratismo com o objetivo de caracterizar o padrão de relações entre os cidadãos e os valores democráticos em sua dimensão geral. Por fim, apresentamos os resultados dos testes estatísticos mais sofisticados na tentativa de verificar a hipótese principal da possível relação entre cultura política mais democrática e atitudes mais

---

<sup>16</sup> Como será possível perceber em algumas variáveis não contamos com informações de todas as ondas de pesquisas, pois como é comum em projetos coletivos, os questionários do WVS e do LAPOP sofrem alterações em cada uma de suas edições.

tolerantes a presença das mulheres no espaço político. Em ambos os casos utilizamos os dados disponibilizados pelo LAPOP - America's Barometer de 2004 até 2012.

## 5.1 IGUALDADE DE GÊNERO

Com o intuito de avaliarmos as atitudes dos latinos americanos em relação às outras dimensões da desigualdade entre homens e mulheres, optamos por utilizar as edições do WVS (World Values Survey) de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010. Assim, selecionamos cinco questões que nos remetem à figura da mulher em diferentes áreas da vida em sociedade.

A primeira delas pergunta aos entrevistados *Você acha que uma mulher tem que ter filhos, a fim de se satisfazer ou isso não é necessário?*, sendo as possíveis respostas, *precisa* ou *não precisa*.

TABELA 5. “O SENHOR (A) ACHA QUE UMA MULHER TEM QUE TER FILHOS ...”  
AMÉRICA LATINA 1990-2010

Ano			Frequência	%
1990	Válido	Necessita ter filhos	3186	57,7
		Não necessita	2338	42,3
		Total	5524	100,0
	Ausente		291	
	Total		5815	
1995	Válido	Necessita ter filhos	6937	53,3
		Não necessita	6088	46,7
		Total	13025	100
	Ausente		3689	
	Total		16714	
2000	Válido	Necessita ter filhos	5394	58
		Não necessita	3801	42
		Total	9295	100
	Ausente		423	
	Total		9718	
2005	Ausente		11587	
2010	Ausente		10439	

Fonte: European and World Values Surveys five-wave Integrated data file, 1990-2010

Ao longo da construção dos papéis sociais, as mulheres sempre tiveram suas funções relacionadas ao espaço familiar, principalmente, no que diz respeito à geração de filhos, tendo a responsabilidade de reproduzir a espécie, criar e cuidar. Assim, a questão acima testa essa

dimensão na vida das mulheres, uma vez que houve a naturalização do papel de mãe para uma mulher, aquela que se abstém não possuiria um espaço na sociedade, já que não estaria realizando a sua função “natural”.

Por mais que essa variável não esteja presente nos mais recentes questionários ( 2005 – 2010), ao observarmos a tendência gerada pelos dados, é possível visualizar que nos anos de 1990, 1995 e 2000 mais de 50% dos entrevistados acreditavam na necessidade da mulher ter filhos para se satisfazer. De 1995 a 2000 a porcentagem da resposta *necessita ter filhos* só aumentou, finalizando 2000 com 58% dos cidadãos optando por essa alternativa.

Sendo assim, os dados demonstram que o papel maternal para a mulher ainda é muito forte nas sociedades latino-americanas. As dimensões familiar e maternal ainda reproduzem a ideia da função das mulheres como sendo, primariamente, de mãe, o que contribui para o fortalecimento dos obstáculos que estas precisam superar em busca de espaços na sociedade.

Neste sentido, a opção pela próxima questão foi pelo fato de complementar a questão anterior, isto porque, a primeira pergunta buscava verificar a permanência do papel maternal, e a segunda visa atingir a percepção dos entrevistados em relação à construção do modelo familiar. A pergunta pedia ao entrevistado se ele aprova ou desaprova *se uma mulher quer ter uma criança como mãe solteira, mas ela não quer ter uma relação estável com um homem*.

TABELA 6. “SE UMA MULHER QUER TER UMA CRIANÇA COMO MÃE SOLTEIRA, MAS ELA NÃO QUER ...” AMÉRICA LATINA 1990-2012

Ano			Frequência	%
1990	Válido	Aprova	2980	52,2
		Depende	746	13,1
		Desaprova	1980	34,7
		Total	5706	100,0
	Ausente	109		
	Total	5815		
1995	Válido	Aprova	7295	55
		Depende	4373	33
		Desaprova	1595	12
		Total	13264	100
	Ausente	3450		
	Total	16714		
2000	Válido	Aprova	4382	46,5
		Depende	841	8,9
		Desaprova	4200	44,6
		Total	9423	100
	Ausente	295		
	Total	9718		
2005	Válido	Aprova	6875	60,1

	Depende	839	7,3
	Desaprova	3724	32,6
	Total	11438	100
	Ausente	149	
	Total	11587	
2010	Ausente	10439	

Fonte: European and World Values Surveys five-wave Integrated data file, 1990-2010

Primeiramente, é preciso ressaltar que a maneira como a pergunta está apresentada pode gerar controversas ao propor um relacionamento especificadamente com homem, refletindo a visão tradicional de relacionamento apenas entre homens e mulheres. Contudo, uma leitura mais atenta da questão leva a interpretação de que a intenção do pesquisador que a formulou foi justamente testar esse tradicionalismo. Outro ponto que reforça esse argumento, é que além, de propor um relacionamento homem-mulher, também, enfatiza que seja um relacionamento estável, que é o tipo de relação esperada tradicionalmente. Portanto, a utilização dessa questão como variável que ajuda a criar um panorama da mulher em diversas áreas da vida social é válida por tentar captar as condutas e comportamentos tradicionais ligados à figura feminina.

Diante disso, a interpretação dos dados se realizou no sentido de aquele que desaprova a mulher que quer ser mãe solteira e não quer um relacionamento estável com um homem esteja ainda refletindo a visão tradicional de relacionamento entre homem e mulher.

Desse modo, os dados apontam que de maneira geral os indivíduos aceitam tal conduta, pois, desde 1990, a tendência foi de aumento daqueles que optam pela alternativa *aprova*. Na primeira onda, o percentual era de 52,2%, na segunda de 55%, já na terceira de 2000 houve queda para 46,5%, porém em 2005, na última vez que foi realizada essa questão teve o maior percentual, com 60% dos entrevistados aprovando esse comportamento da mulher.

Já as alternativas *depende* e *desaprova* oscilaram durante os anos, sendo que para a resposta *depende*, em 1990, o percentual era de 13,1%, em 1995 subiu para 33%, em 2000 caiu drasticamente para 8,9, e, em 2005, caiu mais um pouco para 7,3%. Enquanto que para a resposta *desaprova*, em 1990, o percentual era de 34,7%, em 1995, caiu para 12%, mas, torna a subir em 2000 para 44,6% e diminui em 2005 para 32,6% dos entrevistados.

A análise desses dados nos permite afirmar, primeiramente, de modo geral, os latinos americanos aprovam a possibilidade da mulher como mãe solteira não necessitar de um relacionamento estável com um homem, o que demonstra um desprendimento da visão tradicional de família constituída de uma mulher, um homem e filho. Essa interpretação sugere a possibilidade dos latinos americanos estarem mais abertos às outras formas de

constituição de relacionamentos e, também, principalmente, abertos a maior independência da mulher nas suas escolhas e desprendimento da necessidade de uma figura masculina.

Além disso, as oscilações das demais respostas podem significar que os entrevistados que optam por desaprovar em uma onda, podem optar por depende em outra, ou vice e versa. Sendo assim, podemos afirmar que ainda estamos lidando com sociedades com resquícios de tradicionalismo, porém, em alguns momentos esses indivíduos estão se desprendendo desses princípios mais conservadores. Contudo, por mais que essa análise longitudinal nos leve a crer que ainda estamos diante de uma região que mescla indivíduos tradicionais e menos tradicionais, ainda sim, há um cenário no qual se tem maior aceitação dos latinos americanos da liberdade de escolha das mulheres e outras maneiras de constituição de família.

Passamos, então, a analisar a dimensão relacionada ao mercado de trabalho e para isso utilizamos a questão que pergunta aos entrevistados qual o seu grau de concordância com a afirmação: *em momentos de crise os homens possuem mais direito a empregos do que as mulheres*. Como é possível verificar abaixo (TABELA 7), desde a primeira pesquisa a maioria dos entrevistados tende a discordar da afirmação, e esse percentual só aumenta com o passar dos anos, exceto em 1995, em que houve queda considerável para 27,6%, o que resultou no aumento dos indecisos. Partimos de 61,8 pontos percentuais de discordância em 1990, e chegamos em 2010 a 66,2 pontos. Levando em consideração o número considerável de “indecisos” no ano de 1995, destacamos que, em linhas gerais, a mudança é mais significativa quando observamos a redução constante ao longo dos anos para o contingente dos que concordam, partindo de 31,5%, em 1990, e chegando a 19,2%, em 2010, sendo uma queda de 12,3 pontos percentuais em 20 anos.

TABELA 7. “HOMENS POSSUEM MAIS DIREITO A EMPREGOS ...”, AMÉRICA LATINA 1990-2012

Ano		Frequência	%	
1990	Válido	Concorda	1814	31,5
		Nem concorda, nem Discorda	388	6,7
		Discorda	3559	61,8
		Total	5761	100
	Ausente	54		
	Total	5815		
1995	Válido	Concorda	3668	27,3
		Nem concorda, nem Discorda	6065	45,1
		Discorda	3719	27,6
		Total	13452	100
	Ausente	3262		
	Total	16714		

2000	Válido	Concorda	3184	33,2
		Nem concorda, nem Discorda	1476	15,4
		Discorda	4921	51,4
		Total	9581	
	Ausente		137	
	Total		9718	
2005	Válido	Concorda	1965	23,3
		Nem concorda, nem Discorda	968	11,5
		Discorda	5512	65,3
		Total	8445	100
	Ausente		3142	
	Total		11587	
2010	Válido	Concorda	1988	19,2
		Nem concorda, nem Discorda	1509	14,6
		Discorda	6836	66,2
		Total	10333	100
	Ausente		106	
	Total		10439	

Fonte: European and World Values Surveys five-wave Integrated data file, 1981-2010

A próxima dimensão considerada (TABELA 8) diz respeito ao acesso ao ensino superior, sendo composta pelo grau de concordância dos entrevistados em relação à seguinte afirmação: *fazer universidade é mais importante para um homem do que para uma mulher*. Infelizmente essa questão não foi aplicada para a América Latina em 1990, mas, a observação dos resultados das ondas seguintes mostra, de forma inequívoca, que a maioria expressiva dos latinos americanos já discordava da afirmação em 1995, e essa discordância manteve seu índice elevado na média de 80% até o ano de 2010. Podemos notar variações internas entre os níveis de concordância, mas, o movimento é de redução do contingente de pessoas que concordavam e o aumento daqueles que discordavam, sendo esse valor nunca maior que 22% dos entrevistados.

TABELA 8. FAZER FACULDADE É MAIS IMPORTANTE PARA HOMENS É MAIS IMPORTANTE ...”,AMÉRICA LATINA 1990-2012

Ano			Frequência	%	% Cumulativo
1990	Ausente		5815		
1995	Válido	Concordo muito	823	6,2	6,2
		Concordo	1711	13	19,2
		Discordo	6956	52,8	72
		Discordo muito	3694	28	100
	Total	13184	100		
	Ausente		3530		

Total			16714		
2000	Válido	Concordo muito	909	9,6	9,6
		Concordo	1180	12,5	22,1
		Discordo	3706	39,3	61,4
		Discordo muito	3637	38,6	100
		Total	9432	100	
	Ausente	286			
Total			9718		
2005	Válido	Concordo muito	457	4,0	4,0
		Concordo	1302	11,5	15,5
		Discordo	6794	59,8	75,3
		Discordo muito	2806	24,7	100
		Total	11359		
	Ausente	228			
Total			11587		
2010	Válido	Concordo muito	501	4,9	4,9
		Concordo	1138	11,1	16
		Discordo	5289	51,7	67,7
		Discordo muito	3303	32,3	100
		Total	10231		
	Ausente	208			
Total			10439		

Fonte: European and World Values Surveys five-wave Integrated data file, 1990-2010

Buscando verificar a dimensão específica dessa dissertação, a próxima análise foi realizada em relação ao campo político (TABELA 9). A única medida que consegue relacionar a dimensão política e desigualdade entre os gêneros é a seguinte afirmação: *homens são melhores líderes políticos do que as mulheres*, dando ao entrevistado a possibilidade de grau de concordância. Esta questão foi inserida em 1995, e permaneceu até a última onda em 2010. Os dados demonstram que esta medida é uma das mais favoráveis à igualdade de gênero, uma vez mais da metade dos latinos americanos discordavam ou discordavam muito da afirmativa. Mais precisamente, ao agruparmos as respostas *concorda muito* com *concorda*, e *discorda* com *discorda muito*, temos surpreendentes resultados: em 1995, 63,3% discordavam em alguma medida; em 2000, 59,9% passaram a discordar; em 2005, houve novo aumento chegando a 70,7%; finalmente, em 2010, a discordância atinge 75,3% dos entrevistados. Em 15 anos de análise, portanto, houve uma queda de 12 pontos percentuais.

TABELA 9. “HOMENS SÃO MELHORES LÍDERES POLÍTICOS ...” AMÉRICA LATINA 1990-2012

Ano		Frequência	%	% Cumulativo
1990	Ausente	5815		

1995	Válido	Concordo muito	1479	11,6	11,6
		Concordo	3212	25,1	36,7
		Discordo	6034	47,2	83,9
		Discordo muito	2055	16,1	100
		Total	12780		
	Ausente	3934			
	Total	16714			
2000	Válido	Concordo muito	1615	17,6	17,6
		Concordo	2060	22,5	40,1
		Discordo	3256	35,5	75,6
		Discordo muito	2235	24,4	100
		Total	9166	100	
	Ausente	551			
	Total	9718			
2005	Válido	Concordo muito	733	6,6	6,6
		Concordo	2546	22,8	29,4
		Discordo	6199	55,4	84,8
		Discordo muito	1708	15,3	100
		Total	11186	100	
	Ausente	401			
	Total	11587			
2012	Válido	Concordo muito	689	6,9	6,9
		Concordo	1789	17,8	24,7
		Discordo	4717	47	71,7
		Discordo muito	2846	28,3	100
		Total	10041	100	
	Ausente	398			
	Total	10439			

Fonte: European and World Values Surveys five-wave Integrated data file, 1990-2010

A presente análise descritiva teve por objetivo verificar como os latinos americanos têm se posicionado em relação à igualdade de gênero. Para tanto, construímos um quadro histórico de diferentes dimensões que envolviam as mulheres, utilizando as bases de dados do WVS durante 20 anos de pesquisa. Em um primeiro momento, podemos observar, de maneira geral, os latinos americanos têm compartilhado orientações mais favoráveis às relações de igualdade entre os gêneros. A ressalva vai para as duas dimensões que relacionam a vida familiar, pois, ainda que indiquem atitudes mais condizentes com apoio à liberdade das mulheres de escolher a construção das suas famílias, ainda, revelam fortes resquícios da função tradicionalmente atribuída à mulher e naturalizada socialmente.

Em relação à dimensão referente ao mercado de trabalho e educacional, verificamos grandes avanços, leva-nos a afirmar que a inserção da mulher nessa esfera e as melhorias ao

acesso a educação nos países da América Latina são ações necessárias para ultrapassar cada vez mais as barreiras das desigualdades.

No que diz respeito à dimensão política da questão, os dados indicam rejeição da concepção que relega a atividade política, preferencialmente, aos homens, dando maior espaço para a inserção das mulheres nessas atividades. Para essa dissertação, esses dados são de extrema relevância, pois, provisoriamente, possibilita afirmar que, mesmo que em algumas áreas da vida social a mulher ainda enfrente barreiras construídas ao longo da história, estamos diante de mudanças comportamentais favoráveis às mulheres na América Latina. Diante desse cenário, e do objetivo dessa pesquisa, passaremos à exposição dos dados relativos às atitudes dos latinos americanos em relação às dimensões do democratismo, realizando a exposição dos resultados com a descrição do quadro geral de mudanças na cultura política da América Latina.

## 5.2 DEMOCRATISMO

Os estudos mais contemporâneos têm apontado para medidas alternativas que consigam captar mais precisamente a adesão abstrata à democracia. Baseados no estudo de Casalecchi, David e Quaresma (2013), analisamos a situação da América Latina utilizando dados do LAPOP – America’s Barometer, desde sua origem, no ano de 2004, até o ano de 2012. As dimensões analisadas foram as seguintes: *adesão aos procedimentos de escolha; adesão normativa ao voto; adesão à participação de todos e adesão ao regime democrático partidário.*

Inicialmente, investigamos o posicionamento dos pesquisados frente ao golpe militar em possíveis cenários de crises social, econômica e política, quando interrogados nos seguintes termos: 1) *Diante de desemprego muito alto seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?* (TABELA 10); 2) *Quando há muito crime seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?* (TABELA 11); 3) *Diante de muita corrupção seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?*(TABELA 12).

TABELA 10 - GOLPE MILITAR – FRENTE AO DESEMPREGO, AMÉRICA LATINA  
2004 -2012

Ano			Frequência	%
2004	Válido	Justifica-se	3762	30
		Não se Justifica	8635	70

		Total	12397	100,0
	Ausente		2603	
	Total		15000	
2006	Válido	Justifica-se	4458	20,1
		Não se Justifica	17818	79,9
		Total	22276	100
	Ausente		10723	
Total		32999		
2008	Válido	Justifica-se	3700	20,8
		Não se Justifica	14096	79,2
		Total	17796	100
	Ausente		18204	
Total		36000		
2010	Válido	Justifica-se	4476	18,8
		Não se Justifica	19323	81,2
		Total	23799	100
	Ausente		3201	
Total		27000		
2012	Válido	Justifica-se	4283	17
		Não se Justifica	20937	83
		Total	25220	100
	Ausente		1780	
Total		27000		

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2004-2012

TABELA 11 - GOLPE MILITAR – FRENTE MUITA DELINQUENCIA, AMÉRICA LATINA 2004 -2012

Ano			Frequência	%
2004	Válido	Justifica-se	6226	49,4
		Não se Justifica	6358	50,6
		Total	12584	100
	Ausente		2416	
Total		15000		
2006	Válido	Justifica-se	11015	48,6
		Não se Justifica	11662	51,4
		Total	22677	100
	Ausente		10322	
Total		32999		
2008	Válido	Justifica-se	10312	52,3
		Não se Justifica	9406	47,7
		Total	19718	100
	Ausente		16282	
Total		36000		
2010	Válido	Justifica-se	10759	44,3
		Não se Justifica	13428	55,7
		Total	24297	100
	Ausente		2703	

	Total		27000	
2012	Válido	Justifica-se	10796	42
		Não se Justifica	14913	58
		Total	25709	100
	Ausente	1291		
	Total	27000		

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2004-2012

TABELA 12- GOLPE MILITAR – FRENTE MUITA CORRUPÇÃO, AMÉRICA LATINA  
2004 -2012

Ano			Frequência	%
2004	Válido	Justifica-se	6506	51,8
		Não se Justifica	6048	48,2
		Total	12554	100
	Ausente	2446		
	Total	15000		
2006	Válido	Justifica-se	9914	43,9
		Não se Justifica	12640	56,1
		Total	22554	100
	Ausente	10445		
	Total	32999		
2008	Válido	Justifica-se	9328	47,8
		Não se Justifica	10173	52,2
		Total	19501	100
	Ausente	16499		
	Total	36000		
2010	Válido	Justifica-se	10413	43,2
		Não se Justifica	13643	56,8
		Total	24056	100
	Ausente	2944		
	Total	27000		
2012	Válido	Justifica-se	10403	40,6
		Não se Justifica	15198	59,4
		Total	25601	100
	Ausente	1399		
	Total	27000		

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2004-2012

O maior percentual de rejeição ao golpe militar está relacionado à crise econômica, que gera desemprego, partindo de 70% no primeiro ano de análise (2004) e chegando a 83% em 2012 (aumento de 13% em 8 anos).

Já para as demais situações, crise social e política, houve um equilíbrio entre rejeição e a aceitação do golpe militar. Para a situação de delinquência (TABELA 11), por mais que a alternativa *não se justifica* se apresentou como a opção da maioria dos latinos americanos, a

diferença para a alternativa *justificava* não é muito alta. Em 2004, a diferença foi 1,2%, em 2006, de 2.8%, em 2008, 4,6%, em 2010, 11,4%, e, em 2012, de 16 pontos percentuais. Mesmo sendo porcentagens inicialmente não muito altas, ainda sim, podemos verificar uma tendência positiva de aumento da rejeição e, conseqüentemente, o afastamento da possibilidade de justificativa de golpe militar para casos de grande delinquência.

No caso de um cenário de muita corrupção (TABELA 12), no ano de 2004, 51,8% dos latinos americanos acreditavam ser justificável o golpe militar. Nos anos seguintes, esse percentual foi diminuindo e acabou por aumentar a rejeição ao golpe militar frente muita corrupção, indo de 49,2%, em 2004, para 59,4%, em 2012.

De modo geral, o quadro encontrado para essa dimensão é favorável, já que na maioria de suas variáveis os entrevistados rejeitaram a solução autoritária. Em todos os casos, é possível observar uma tendência positiva dos latinos americanos em rejeitar o regime militar, o que, inicialmente, nos faz presumir que os latinos americanos, após toda a história de experiência com o regime militar, e, vivenciando, nos últimos tempos, regimes mais democráticos, estão mais propensos a rejeitar o retorno desse tipo de regime. Contudo, ainda não é possível afirmar que ao rejeitar um regime militar estão se tornando mais democráticos, para verificarmos essa hipótese, continuaremos a analisar as demais dimensões do democratismo.

TABELA13- NORMATIVA AO VOTO, AMÉRICA LATINA 2004 -2012

Ano			Frequência	%
2004	Válido	Necessita de um líder forte	1820	14,2
		A democracia eleitoral é melhor	10981	85,8
		Total	12801	100
	Ausente		2199	
	Total		15000	
2006	Válido	Necessita de um líder forte	3739	14
		A democracia eleitoral é melhor	23160	86
		Total	26899	100
	Ausente		6100	
	Total		32999	
2008	Válido	Necessita de um líder forte	4759	15,3
		A democracia eleitoral é melhor	26250	84,7
		Total	31009	
	Ausente		4991	
	Total		36000	
2010	Válido	Necessita de um líder forte	3475	13,4
		A democracia eleitoral é melhor	22405	86,6
		Total	25880	100
	Ausente		1120	

	Total		27000	
2012	Válido	Necessita de um líder forte	4255	16,5
		A democracia eleitoral é melhor	21563	83,5
		Total	25818	100
	Ausente		1182	
	Total		27000	

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2004-2012

A segunda dimensão, referente à adesão normativa ao voto, foi verificada através da pergunta *Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular é sempre o melhor. O que o(a) sr./sra. pensa?* Os resultados geram otimismo por demonstrarem que, desde 2004, mais de 80% dos entrevistados acreditam que a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular, é sempre melhor que um líder que não seja eleito através do voto.

TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO DE TODOS, AMÉRICA LATINA 2004 -2012

Ano			Frequência	%
2004	Válido	Governo de “Pulso Firme”	2528	35,1
		Participação de Todos	4666	64,9
		Total	7194	100
	Ausente		7806	
	Total		15000	
2006	Válido	Governo de “Pulso Firme”	4393	27,8
		Participação de Todos	11396	72,2
		Total	15789	100
	Ausente		17210	
	Total		32999	
2008	Válido	Governo de “Pulso Firme”	8858	27,9
		Participação de Todos	22899	72,1
		Total	31757	100
	Ausente		4243	
	Total		36000	
2010	Válido	Governo de “Pulso Firme”	7663	29
		Participação de Todos	18581	71
		Total	26355	
	Ausente		645	
	Total		27000	
2012	Válido	Governo de “Pulso Firme”	7734	29,3
		Participação de Todos	18621	70,7
		Total	26355	100
	Ausente		645	
	Total		27000	

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2004-2012

A pergunta acerca da dimensão da importância da participação de todos indagava ao entrevistado: *O(A) sr/sra. acredita que em nosso país faz falta um governo de “pulso firme”, ou que os problemas podem se resolver com a participação de todos?* Mais uma vez a opção mais democrática, que seria a participação de todos, foi a mais escolhida em todos os anos, em 2004, iniciou com 64,9% e finalizou, ano de 2012, com 70,7%. A margem de aumento é considerável, uma vez que todos os índices ultrapassaram os 64%, tendo uma diminuição de 5,8% no contingente dos que optaram pelo governo de pulso firme nos 8 anos de pesquisa.

Por último, avaliamos a dimensão da *adesão ao regime democrático partidário*. A questão era *Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?* Como essa variável era uma medida escalar de 1-7, resolvemos binarizar efetuando a sua recodificação para apenas discorda e concorda. Assim, a nova codificação ficou 1-4 discorda e 5-7 concorda. Infelizmente, em 2004, o questionário não apresentou essa questão, então, nossa análise partiu do ano de 2006. Percebemos uma tendência positiva em direção a comportamento democrático no sentido de que os latinos americanos discordaram cada vez mais da afirmativa, em 2006, eram 56,6 pontos percentuais e, em 2012, chegou a 63,8. O aumento da discordância, conseqüentemente, demonstra uma diminuição na alternativa concorda, sendo que em 6 anos de análise foi de 46,4% para 36,2%.

TABELA 15 - PARTIDOS POLÍTICOS , AMÉRICA LATINA 2004 -2012

Ano			Frequência	%
2004	Ausente		15000	
		Discorda	14781	56,6
2006	Válido	Concorda	12121	46,4
		Total	26092	100
	Ausente		6907	
	Total		32999	
2008	Válido	Discorda	18856	60,2
		Concorda	12481	39,8
	Total	31337	100	
	Ausente		4663	
	Total		36000	
2010	Válido	Discorda	16409	65,4
		Concorda	8679	34,6
	Total	25088	100	
	Ausente		1912	
	Total		27000	
2012	Válido	Discorda	15956	63,8
		Concorda	9051	36,2
	Total	25007	100	
	Ausente		1993	

Total	27000
-------	-------

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2004-2012

Diante de todas as análises realizadas, esse conjunto considerável de medidas sobre a adesão abstrata à democracia pelo público da América Latina e os resultados apontados ao longo dessa seção nos confirma a hipótese de que a cultura política da América Latina tem sofrido alterações positivas em relação à democracia. A análise histórica nos possibilita afirmar que os cidadãos latinos americanos têm se posicionado mais favoravelmente a democracia, ao possuírem atitudes e comportamentos condizentes com valores democráticos. Nas últimas décadas, o democratismo tem se firmado como a opção majoritária na região, de modo, que podemos falar da constituição de uma cultura política pró-democracia nessa dimensão mais abstrata da adesão.

Portanto, podemos afirmar que as hipóteses primárias apresentadas no início dessa dissertação foram confirmadas. Primeiro, foi possível verificar a existência de uma postura mais igualitária em relação aos gêneros ao longo dos anos, mesmo que ainda haja algumas posições que reflitam uma visão mais tradicional, já estamos vendo diferenças significativas que abrem espaços para a desconstrução de barreiras em relação à mulher. E por fim, os dados resultantes da análise longitudinal presentes ao longo dessa seção, levam-nos a afirmar que os latinos americanos têm manifestado valores mais fortemente associados à democracia nos últimos anos.

Sendo assim, na próxima seção apresentamos resultados sobre o teste da hipótese principal dessa dissertação: se há relação entre uma cultura política mais democrática e atitudes mais igualitárias no que diz respeito a presença das mulheres na política.

### 5.3 DEMOCRATISMO E IGUALDADE DE GÊNERO

No intuito de testar a plausibilidade da relação entre democratismo e igualdade de gênero, utilizamos procedimentos de análises bivariada e multivariada, tendo como variável dependente as orientações e atitudes a respeito da presença feminina na política, e como variáveis independentes, as quatro dimensões que mensuram o democratismo dos entrevistados.

Inicialmente, a proposta era reduzir as medidas de democratismo em um índice integrado de adesão a democracia. Contudo, a análise fatorial conduzida para a construção do

índice (TABELA 16) indicou a impossibilidade da redução de dimensionalidade, tornando, então, inviável a criação de uma única medida. O valor da Carga Fatorial para as variáveis de “adesão normativa ao voto”, “adesão a participação de todos” e “adesão ao regime democrático partidário” foram inferiores 0,5, por isso, não há a possibilidade de agrupamento. As três variáveis de “adesão a procedimentos de escolha”, por sua vez, apresentaram valores superiores à 0,5, o que nos autorizou a fazer a junção das mesmas, compondo um índice de 4 pontos (0 à 3) (TABELA 16).

TABELA 16. ANÁLISE FATORIAL PARA AS VARIÁVEIS SOBRE DEMOCRATISMO

Variável	Carga Fatorial Componente 1 2012
Adesão a procedimento de escolha 1	,716
Adesão a procedimento de escolha 2	,860
Adesão a procedimento de escolha 3	,857
Adesão normativa ao voto	,233
Adesão a participação de todos	,292
Adesão ao regime democrático partidário	-,059
% de variação explicada com 1 componente	35,5
KMO	,644

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

A partir disso, entramos diretamente no teste sobre a hipótese proposta, assim, efetuamos testes de associação GAMMA envolvendo as variáveis acima citadas, foram escolhidas por serem as melhores que representam as duas dimensões discutidas (TABELA 17). Podemos verificar que foi encontrada associação em todos os testes envolvendo as variáveis de democratismo. Os testes tiveram valores aceitáveis de significância ( $< ,005$ ), sendo, que na maioria dos casos a rejeição da hipótese nula da independência se deu em níveis bastante rigorosos ( $,001$  e  $,000$ ). Os valores de  $\gamma$  indicam a existência de associação positiva entre a adesão a democracia e posicionamento favorável ao empoderamento feminino, porém, essas associações são fracas, e por isso, necessitaram de uma análise mais profunda que consiga determinar de maneira mais específica essa relação.

TABELA 17. ASSOCIAÇÕES ENTRE DEMOCRATISMO E DISPOSIÇÕES FAVORÁVEIS AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO, AMÉRICA LATINA, 2012.

	$\gamma$	Sig.
Adesão a procedimento de escolha	,029	,001

Adesão normativa ao voto	,097	,000
Adesão a participação de todos	,047	,000
Adesão ao regime democrático partidário	,053	,000

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

Esse resultado na análise bivariada, contudo, não pode ser tomado como definitivo sobre o relacionamento entre as variáveis, pois, não possibilita a utilização de controles relevantes, como aqueles derivados de variáveis sócio-demográficas dos componentes da amostra, como sexo, idade e escolaridade. Para inclusão desses controles, optamos pela construção de modelos multivariados, e tomamos a variável relativa às disposições sobre o empoderamento feminino como dependente e as medidas de adesão à democracia como preditores. Em razão da forma assimétrica da distribuição da variável dependente, realizamos a sua recodificação e dicotomização. Sendo assim, combinamos de um lado as respostas “concorda muito” e “concorda” e, de outro, as alternativas “discorda” e “discorda muito”. Em razão dessa nova condição, o modelo de análise utilizado foi o logístico binário. Vale lembrar, que no capítulo anterior explicamos que em razão de buscarmos observar a relação no sentido das variáveis irem das respostas não democráticas para democráticas, apenas a variável de adesão ao regime democrático partidário teve sua escala invertida para seguir o sentido das demais.

Desta forma, construímos 4 (quatro) modelos de regressão logística binária, sendo, inserido em cada um como variável independente uma medida de democratismo. Concomitantemente, foram inseridas as variáveis de controle como sexo, idade e escolaridade dos entrevistados no ano de 2012 do LAPOP. Destacamos que a não inserção da classe social como variável de controle se deu pela maneira como estava apresentada nos questionários, impossibilitando sua recodificação, pois, não foi utilizado um critério que permitisse o agrupamento de faixas de salário- mínimo.

Os resultados dispostos abaixo (TABELAS 18, 19, 20 e TABELA 21) confirmam as conclusões que chegamos com base na análise bivariada, ou seja, o democratismo está associado à disposição favorável sobre a igualdade política entre os gêneros. Através dos dados dessas tabelas conseguimos analisar a força de cada variável sobre o empoderamento feminino.

TABELA 18. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 1

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão aos procedimentos de escolha	,038	,005	,963
Sexo	,772	,000	,462
Idade	,000	,854	1,000
Escolaridade	,042	,000	,959
Constante	,517	,000	1,677

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

TABELA 19. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 2

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão normativa ao voto	,292	,000	,747
Sexo	,766	,000	,465
Idade	,001	,580	1,001
Escolaridade	,041	,000	,960
Constante	,652	,000	1,919

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

TABELA 20. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 3

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão à participação de todos	,122	,000	,885
Sexo	,763	,000	,466
Idade	,000	,736	1,000
Escolaridade	,043	,000	,958
Constante	,515	,000	1,674

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

TABELA 21. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 4

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão ao regime democrático	-,031	,000	,969
Sexo	,761	,000	,467
Idade	,000	,830	1,000
Escolaridade	,043	,000	,958
Constante	-2,329	,000	,097

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

De modo geral, a priori, foi possível perceber que em todos os modelos a variável que não se apresentou como preditor significativo foi *idade*. A respeito das variáveis de democratismo, em uma análise individual, observamos que cada elevação na escala de *adesão aos procedimentos de escolha* diminui em 3,7% a chance do entrevistado em concordar com a afirmação de que os homens são melhores líderes políticos que as mulheres. Importante

destacar que como esse índice possui 4 pontos, logo, o efeito cumulativo apenas para essa variável é cerca de 15%. Para *adesão normativa ao voto* e *adesão à participação de todos*, os indivíduos que respondem favoravelmente às atitudes democráticas para essas variáveis elevam em 25,3% e 11,5%, respectivamente, as chances em discordar que os homens são melhores líderes políticos com as mulheres. A variável de *adesão ao regime democrático* é uma variável escalar que vai 1 a 7, sendo assim, cada avanço nessa escala eleva em 3,1% a chance de o indivíduo rejeitar a afirmativa, sendo o valor acumulativo para o mais democrata de 21%.

Para os preditores sócio-demográficos, o *sexo* apresentou efeito expressivo e indica que ser mulher eleva em média 53% a probabilidade de não concordar com a afirmativa. E a *escolaridade* apresenta resultado favorável, mesmo não tendo uma porcentagem alta, cada elevação de nível escolar aumenta em 4% a chance de não concordar que os homens são melhores líderes políticos que as mulheres.

Como alertamos durante os capítulos anteriores, nosso objetivo era verificar se a mudança para uma cultura política mais democrática, tendo indivíduos que aderissem mais abstratamente os valores democráticos, resultaria em comportamentos mais tolerantes com as diversidades, e por consequência, seriam indivíduos mais abertos à presença das mulheres no mundo político.

Em torno desses levantamentos, os dados apresentados vão ao encontro da teoria proposta por Inglehart e Norris, na obra *Rising Tide* (2003), sobre uma cultura política mais democrática ser acompanhada de atitudes mais igualitárias relacionadas à mulher como sujeito politicamente ativo. Inicialmente, o teste GAMMA, mesmo com valores baixos, o que remete a associações fracas, ainda sim, confirma a existência da relação entre a dimensão do democratismo e a igualdade de gênero. Além disso, podemos apontar que as novas variáveis do democratismo também possuem efeitos sobre a visão da presença feminina na política. Vale destacar, que o mais importante, está no direcionamento da relação, confirmando as suposições de Inglehart e Norris, a relação tem sentido positivo entre aderir à democracia em seus princípios e valores e apresentar comportamentos e atitudes mais igualitárias.

Buscando analisar mais detalhadamente essa relação, os resultados da regressão logística aprofundam os efeitos de cada variável de adesão à democracia sobre a questão da presença feminina na política. Assim, de modo geral, os resultados da dimensão do democratismo foram condizentes com o esperado e apontados por Inglehart, Norris e Welzel (2002), Inglehart, Norris (2003), Ribeiro (2008), a adesão à democracia influencia em

disposições ligadas a tolerância, e em nosso caso, ao empoderamento feminino (Inglehart, Norris, 2003). Isto porque em todas as dimensões do democratismo aderir a posição de resposta que fosse democrática aumentam as chances dos indivíduos em discordar de que os homens são melhores líderes políticos que as mulheres.

Assim, de maneira individual, aquele indivíduo que acredita ser injustificável o golpe militar, em qualquer das situações proposta, a cada rejeição a esse regime que é contrário ao democrático, ele eleva cada vez mais sua posição como democrata e seu posicionamento tende a ser mais igualitário em relação às mulheres, nas porcentagens bastante consideráveis encontradas pela análise estatística. Do mesmo modo, aqueles que optam pela participação de todos independente da forma e do momento, os que visão a importância do voto como ferramenta democrática e, também, os indivíduos que acreditam na relevância dos partidos políticos como forma de representação, mas também, como garantia do regime democrático. Portanto, o ideal de democrata seria aquele rejeita o golpe militar, que acredita na participação de todos, que sabe a importância do ato de votar e também, que entende que os partidos fazem parte da estrutura da democracia. Esse indivíduo seria aquele que atinge os pontos mais altos das escalas das variáveis de democratismo e discordaria, plenamente, da desigualdade de gênero. Todos esses dados reforçam os argumentos sobre democratismo, expostos por Casalecchi, David e Quaresma (2013) e Inglehart (1988), Inglehart, Norris (2003), sobre a associação entre valores democráticos e igualdade de gênero.

Em relação às variáveis de controle, o quesito idade, por não apresentar significância na igualdade de gênero refuta o argumento de Inglehart, Norris (2003) de que as gerações mais novas seriam as igualitárias. Isto demonstra que a não aceitação da presença das mulheres na política não está relacionada com gerações, mas sim, com os demais fatores apresentados nos modelos. Deste modo, a escolaridade, o refinamento educacional é mais influente no entendimento dos indivíduos sobre igualdade de gênero, sendo os mais escolarizados, os mais igualitários. O que era esperado, como já argumentado por Inglehart, Norris (2003), era de que as mulheres aceitam mais a presença feminina na política, e o modelo de regressão confirma essa ideia e, apresenta que ser mulher aumenta em porcentagem considerável a chance de um comportamento mais igualitário.

Confirmando essa relação, por meio de análises bivariadas e modelos multivariados, identificamos que essas duas ordens de orientações estão associadas no nível individual. Desta forma, somos levados a concordar com Inglehart, Norris e Welzel (2002) e Inglehart e Norris (2003) a respeito da íntima relação entre a constituição de uma cultura política democrática e

a manifestação de posturas mais tolerantes e igualitaristas na América Latina, especialmente, no que diz respeito às relações entre os gêneros. E percebemos, ao final, que os mais democratas, os mais escolarizados e as mulheres são os indivíduos com maiores probabilidades de terem atitudes condizentes com a igualdade de gênero, portanto, são os mais propensos em aceitar a presença das mulheres na política.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da sub-representação feminina no espaço político tem sido apontado como um déficit de qualidade para as democracias contemporâneas (Norris, 2011). Isto porque se considera um dos pilares democráticos o princípio da igualdade, sem distinção de raça, etnia, cor ou gênero, e a gravidade do quadro das regiões do globo da falta de mulheres nos cargos políticos tem sido fator de orientação de novas pesquisas.

A América Latina tem sido destaque mundial, durante as últimas décadas, por conta do desenvolvimento econômico e institucional, principalmente, no que diz respeito à consolidação dos regimes democráticos. Entretanto, seus países ainda são caracterizados pelas desigualdades nas diferentes esferas da sociedade, o que resulta em uma região pautada, concomitantemente, por avanços e estagnações.

Esses fatores a tornam um objeto de estudo relevante, e a opção por essa região se confirma quando observamos o quadro de representação feminina nos parlamentos nacionais. De modo geral, o cenário mundial não é favorável ao empoderamento feminino, e, optamos pela América Latina, principalmente, por conta das diversidades encontradas nessa região. Quando olhamos países como Argentina e Brasil, que possuem elevados índices de desenvolvimento econômico e políticas que promovem a paridade política, não vemos esses avanços refletidos na efetiva presença das mulheres nos parlamentos nacionais, e acabam sendo destaques negativos por apresentarem baixos índices de representação feminina. Por outro lado, a Nicarágua, caracterizada pelo baixo nível de desenvolvimento econômico e, também, não é apontada como exemplo democracia, destaca-se por ser o país com o maior índice de mulheres no parlamento, nos ministérios e está entre os primeiros no poder judiciário.

Assim, a proposta durante essa dissertação era buscar um entendimento mais aprofundado da região da América Latina, e optamos por realizar esse objetivo através da análise da falta de mulheres na política. O quadro da sub-representação é um desafio contemporâneo para os pesquisadores por se tratar de um fenômeno complexo resultante de múltiplas causas, contudo, poucos trabalhos têm se debruçado sobre esse viés, buscando verificar a interação entre os aspectos, econômicos, sociais e culturais. O que tem ocorrido é uma preferência pela análise por intermédio de uma dessas abordagens, mas, a compreensão mais adequada envolveria a análise de fortes constrangimentos culturais que se combinam com constrangimentos políticos-institucionais, compondo uma dinâmica de mútua influência.

Como foi apresentado durante essa dissertação, é possível identificar algumas abordagens que tentam esclarecer quais seriam as causas para essa sub-representação. Podemos citar a teoria da modernização, que agrega todas as causas ou origens do fenômeno na falta de investimento e desenvolvimento econômico do país. Para esta se houver um alto desenvolvimento na economia haveria melhores condições em todos os setores da vida social, e assim, no caso das mulheres, elas teriam condições como todos os outros indivíduos de ingressarem na política. Contudo, essa linha de pensamento possui diversas lacunas que fragilizam seus argumentos, não sendo possível apresentá-la como pressuposto causal de todo o fenômeno da sub-representação.

Outro exemplo de explicação, sendo, atualmente, o mais aceitável, coloca as instituições políticas como grandes obstáculos para a maior presença das mulheres na política. Seus teóricos argumentam que como as instituições modernas são baseadas nas políticas liberais, elas carregam princípios que separam a mulher da esfera política por conta da definição dos papéis sociais entre homens e mulheres, e que também, são estruturas pautadas na chamada política das ideias. Neste sentido, os representantes não precisam ser necessariamente aqueles que possuem as demandas, entretanto, poderiam ser representados por aqueles que compartilham das ideias e dos interesses, e não obrigatoriamente deveriam se identificar fisicamente. Contudo, esse pensamento liberal que fundamenta as instituições modernas está sendo questionado pela política da presença, em que os que possuem a demanda são os seus melhores representantes, por trazerem a perspectiva e uma nova visão dos assuntos políticos.

Todas essas abordagens são essenciais para o entendimento da falta de mulheres na política, principalmente, a que diz respeito às instituições políticas. A nossa proposta não era desconsiderar essas linhas, mas sim, apresentar outra possibilidade de abordagem para compreender a sub-representação. Pautamos-nos em uma análise que tem como foco a dimensão subjetiva do problema, olhando para a cultura política dos indivíduos das democracias contemporâneas. Um grupo influente de pesquisadores internacionais têm identificado reorientações culturais que estariam associadas à mudança maior na constituição de uma cultura política mais congruente com processos de democratização, sobretudo, fundamentada em valores como “auto-expressão” e “tolerância” (Inglehart, 1977; 2001; Ribeiro, 2007).

De um modo geral, a cultura política é um campo pouco explorado na Ciência Política como viés de análise dos fenômenos sociais, ainda mais, quando utilizada a metodologia

quantitativa, pois, debate de maneira alternativa com as teorias mais consolidadas. Por isso, são cada vez mais importantes estudos que visem à dimensão valorativa dos acontecimentos, que se proponham a dialogar com as bases subjetivas da sociedade.

A complexidade de se analisar a cultura política nos regimes democráticos, seguindo os estudos mais contemporâneos, iniciado por Davis Easton (1975), fez com que escolhêssemos como dimensão analítica a adesão à democracia. O apoio ao regime democrático pode ser concreto, no sentido do indivíduo aderir diretamente à democracia por meio de suas instituições, ou de forma abstrata, através da adesão aos princípios e valores democráticos. Como procuramos compreender a relação cultura e democracia em termos de valores focamos na adesão abstrata, o que os novos estudos têm chamado de *democratismo*.

Diante disso, com o intuito de procurar fazer parte dos pesquisadores que se preocupam com a dimensão subjetiva da sub-representação feminina no âmbito da América Latina, a presente dissertação buscou verificar, primeiramente, se havia relação entre uma cultura política pró-democracia e atitude mais tolerante ou favorável em relação à presença das mulheres na política. E após isso, qual seria a força dessa relação, ou seja, o quanto o *democratismo* influencia na probabilidade do indivíduo ser mais favorável as mulheres no espaço público. Todos esses apontamentos foram verificados por meio da utilização da metodologia quantitativa ao analisar os dados presentes nos bancos de dados do WVS e do LAPOP.

Com todo esse aporte teórico, os resultados encontrados caminham paralelamente com a literatura culturalista contemporânea, e aponta na direção das afirmações de Inglehart e Norris (2003) de que a cultura política também importa para a análise de fenômenos políticos, especialmente, no que diz respeito às relações entre os gêneros. Confirmando essa relação, por meio de análises bivariadas e modelos multivariados, identificamos que essas duas ordens de orientações estão associadas no nível individual. Desta forma, somos levados a concordar com Inglehart, Norris e Welzel (2002) a respeito da íntima relação entre a constituição de uma cultura política democrática e a manifestação de posturas mais tolerantes e igualitárias. Essa afirmação é de extrema importância, porque a ciência política ainda possui discursos que diminuem a relevância da dimensão subjetiva.

Além disso, os dados encontrados também demonstram que as novas técnicas e maneiras de avaliação da dimensão subjetiva podem ser alternativas às maiores críticas à metodologia quantitativa. Uma vez que a nova forma de medição proposta por Casalecchi,

David e Quaresma (2013) amplia o campo de exploração e de medidas que tentam quantitativamente captar as dimensões subjetivas dos indivíduos.

Vale ressaltar, que a metodologia que utilizamos para efetuar a avaliação da dimensão do democratismo é uma das propostas utilizadas para essa análise. Contudo, estudos mais recentes (Fuks, Casalecchi, Ribeiro, 2014) têm apontados outras variáveis para testar a abordagem multidimensional da adesão à democracia, porém, por conta do tempo exigido para o desenvolvimento da dissertação não foi possível incluir essas variáveis.

Em suma, a presente dissertação é uma contribuição para a abordagem culturalista e para os estudos sobre igualdade de gênero. O que propusemos era o estudo de mais uma dimensão da sub-representação feminina, pois, este fenômeno nos leva a questionar cada vez mais as suas possíveis causas. Em nenhum momento nosso objetivo foi dar o direcionamento causal ou qual seria o principal fator da falta de mulheres na política, mas sim, analisar qual o papel da cultura política, e verificar se a presença dos valores democráticos tem moldado uma cultura mais igualitária nos latino-americanos e se isso tem influenciado nas suas atitudes em relação à mulher como sujeito político. E conforme foi demonstrado, a cultura, também, tem papel relevante no processo de avanço para igualdade entre os gêneros, e no presente caso, possui relação de influência positiva sobre os comportamentos daqueles que são mais tolerantes com a presença das mulheres na política.

A partir dos resultados encontrados, fica demonstrada que a dimensão subjetiva da sub-representação feminina é uma análise válida e faz com que outros questionamentos surjam sobre os fatores que condicionam o empoderamento feminino. O próximo passo seria a análise comparativa entre a influência dos fatores econômico, institucional e cultural, na tentativa de conseguir captar como eles se comportam quando englobamos em um mesmo conjunto de análises. Sendo assim, seria possível verificar como funciona a dinâmica entre esses elementos em cada país da América Latina, e por fim, conseguir propor políticas que combinassem mudanças culturais e a reforma institucional, uma vez que esta pode ser um tipo de estratégia que acelera projeções para criar um cenário mais otimista para a democracia, demonstrando ser um conjunto eficiente de proposta para o processo de empoderamento feminino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G. *The intellectual history of the civic culture concept*. In: ALMOND, G. A., VERBA, S. *The civic culture revisited*. London: Sage, 1989.
- ALMOND, G.; VERBA,(1989), *The Civic Culture : Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Nova York, Sage
- BAQUERO, M. *A cultura política na agenda da democratização na América Latina*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- BARBETTA, P. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: UFSC, 2005.
- BARRY, B. *Sociologists, Economists, and Democracy*. Chicago: Chicago University Press, 1988.
- BOHRNSTEDT, G. W., KNOKE, D. **Statistics for Social Data Analysis**. 2. ed. Itasca: Peacock,1988.
- BRATTON, M.; MATESS, R. **Learning about Democracy in Africa: Awareness, Performance, and Experience**, *Journal of Democracy* . 2007.
- CASALECCHI, DAVID E QUARESMA. **Qualificando a adesão à democracia no Brasil**. CECOMP UFMG- Centro de Estudo em Comportamento Político. Belo Horizonte. Minas Gerais. 2013
- DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DALTON, R.J (1999), *Political support in advanced industrial democracies*. In: NORRIS, P.(Ed). **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford: Oxford University Press, p.57-77.
- DIAMOND, L. *Causes and effects*. In: \_\_\_\_\_. **Political culture and democracy in developing countries**. London: Lynne Rienner, 1994.
- EASTON, D. **A re-assessment of the concept of political support**. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n. 4, 1975. pp. 435-457.
- FUKS,M; CASALECCHI, G; RIBEIRO, E. **Os condicionantes individuais e contextuais da coesão do sistema de crenças democrático**. In: I Seminário Nacional sobre Comportamento Político e Opinião Pública. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2014.
- GROSSI, M. P; MIGUEL, S. M. **Transformando a diferença:as mulheres na política.**, *Revista Estudos Feministas*, v. 9, no. 1, p. 167-206. 2001
- INGLEHART, R. **The renaissance of political culture**. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, pp. 1203-1230. 1988.
- \_\_\_\_\_. **The Silent Revolution**. Princeton,Princeton University Press.1977
- \_\_\_\_\_. **Trust, well-being and democracy**. In *Democracy and Trust*, ed. Mark Warren. Cambridge: Cambridge University Press.1999
- \_\_\_\_\_. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton,Princeton University Press.1990
- INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. (2003), **Rising Tide: Gender, equality and cultural change around the world**. New York, Cambridge University Press.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change,and democracy: the human development sequence**. New York,Cambridge University Press.2005
- \_\_\_\_\_,**Gender equality and democracy**. *Comparative Sociology*, 1, p. 321-46.2002.

- KLINGEMANN, H. **Mapping political support in the 1990s: a global analysis.** In: NORRIS, P.(Ed). *Critical citizens: global support for democratic government.* Oxford: Oxford University Press, p.31-56.1999.
- LATIN American Public Opinion Project. Banco de dados.* 2004 a 2012.
- LIJPHART, A. **The Structure of Inference.** In: ALMOND, G; VERBA, S. (org). *The Civic Culture Revisited.* London: Sage, 1989.
- MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS Statistics.** ReportNumber, Lda, Pero Pinheiro, 2011.
- MIGUEL, LUÍS FELIPE. **Política de Interesses, política do desvelo: Representação e “singularidade feminina.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2009, v. 9, n. , p. 253 – 267
- MOISÉS, J. A.. **Cultura política, instituições e democracia – Lições da experiência brasileira.**2008.
- NORRIS, Pippa et. al. **Critical Citizens: global support for democratic government.** Oxford: Oxford University Press. 1999.
- NORRIS, Pippa. **Democratic Deficit.** New York, Cambridge University Press.2011
- \_\_\_\_\_. **Women in European legislative elites.** *West European Politics* 8 (4): 90–101.1985
- \_\_\_\_\_. **Politics and Sexual Equality.** Boulder, CO: Rienner.Darcy, Robert, Susan Welsh, and Janet Clark. 1994. *Women, Elections and Representation.* Lincoln: University of Nebraska Press.1987
- PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.1993
- PHILLIPS, Anne. **Engendering democracy.** Cambridge, Polity Press.1991
- \_\_\_\_\_. **De uma política de ideias a uma política de presença?.** Revista Estudo Feminista, 2001, Ano 9, p.268-290.
- PYE, L. W.; VERBA, S (Ed). **Political culture and political development.** Dehli: Surjeet, 1989.
- RENNÓ, L. **Teoria da cultura política: vícios e virtudes.** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 45. jan./jun. 1998. pp. 71-92.1998
- REYNOLDS, ANDREW. **Women in the legislatures and executives of the world: Knocking at the highest glass ceiling.***World Politics* 51 (4): 547–572.1999
- no século XXI na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010b. pp. 195-218.
- RIBEIRO, E. A., BOLOGNESI, B. **As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas.** Revista Tomo, São Cristóvão, n. 12, jan./jun. 2008. pp. 83-110.
- RIBEIRO, E. A., BORBA, J. **Participação e cultura política: rendimentos subjetivos da experiência do Orçamento Participativo.** In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, 4, 2011, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: WAPOR, 2011.
- RIBEIRO, EDNALDO. **Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina.** In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia.* 2011
- \_\_\_\_\_. **As dimensões da legitimidade democrática no Brasil.** Revista Teoria e Sociedade, n. 16, v. 1, jan.-jun. 2008. pp.120-143.2008
- \_\_\_\_\_. **Cultura Política e Teoria Democrática: implicações empíricas de um debate teórico.** 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: UFPR, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil.** 2008. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: UFPR, 2008a.
- \_\_\_\_\_. **Valores Pós-Materialistas e Cultura Política No Brasil.** Maringá, Eduem.2011

- RULE, WILMA. Electoral systems, contextual factors and women's opportunities for parliament in 23 democracies." *Western Political Quarterly* 40: 477–498.1987.
- \_\_\_\_\_.Why women don't run: The critical contextual factors in women's legislative recruitment.*Western Political Quarterly* 34: 60–77.1988
- RYAN E. CARLIN. S. **Support for Polyarchy in the Americas**. Comparative Political Studies. 44(11) 1500– 1526, 2011.
- SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidário**. UNB. Brasilia.1999.
- SELIGSON, M. A. **The Legitimacy Puzzle in Latin America – Political Support and Democracy in Eight Nations**. Cambridge. New York. 2009
- SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A.; GÓMEZ B.,M. Os contornos da cidadania crítica.*OPINIÃO PÚBLICA*. Vol. 12, nº 1, p. 01-37. Campinas. 2006.
- TONELLA, C. **Cultura política, dimensões do exercício da cidadania e participação na vida pública em cidades da Região Metropolitana de Maringá – PR**. In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, 4, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte:
- WELZEL,CHRISTIAN. **Effective democracy, mass culture, and the quality of elites: the human development perspective**. *International Journal of Comparative Sociology*, vol. 43, no.3-5:317-349. 2003
- World Values Survey*. **Banco de Dados**. 1990 a 2010
- YOUNG, Iris Marion. **A imparcialidade e o público cívico: Algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política**. In: BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla (Cord.). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos LTDA. 1987. p.p 66-86.
- \_\_\_\_\_.**Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

## APÊNDICE METODOLÓGICO A- Variáveis de gênero

### 1. Esfera familiar 1

*Identificação:* V215 – 1990

V93 – 1995

V110 – 2000

*Redação:* O senhor (a) acha que uma mulher tem de ter filhos, a fim de se satisfazer ou isso não é necessário?

*Codificação:* (1) necessita ter filhos e (2) não necessita.

*Utilização:* Tabela 5

### 2. Esfera familiar 2

*Identificação:* V217 – 1990

V96 – 1995

V112 – 2000

V59 – 2005

*Redação:* Se uma mulher quer ter um filho como mãe solteira, mas ela não quer ter um relacionamento estável com um homem, o Sr.(a) aprova ou desaprova?

*Codificação:* (1) aprova, (2) desaprova e (3) depende.

*Utilização:* Tabela 6

### 3. Mercado de trabalho

*Identificação:* V128 – 1990

V61 – 1995

V78 – 2000

V44 – 2005

V45 - 2010

*Redação:* Quando os empregos estão escassos, os homens possuem mais direito a um emprego do que as mulheres.

*Codificação:* (1) para concorda, (2) para nem concorda e nem discorda e (3) para discorda.

*Utilização:* Tabela 7

### 4. Esfera educacional

*Identificação:* V103 – 1995

V119 – 2000

V62 – 2005

V52 – 2010

*Redação:* Ingressar na Universidade é mais importante para homens do que para as mulheres.

*Codificação:* (1) concorda muito, (2) concorda, (3) discorda e (4) discorda muito.

*Utilização:* Tabela 8

### 5. Gênero e Política

*Identificação:* WVS:

V103 – 1995

V119 – 2000

V62 – 2005

V52 – 2010

LAPOP: VB50

*Redação: Os homens são melhores líderes políticos que as mulheres.*

*Codificação: (1) concorda muito, (2) concorda, (3) discorda e (4) discorda muito.*

*Recodificação: Binária: (0) 1 e 2 – concorda e (1) 3 e 4 - discorda*

*Utilização: Tabelas 9, 17,18,19,20 e 21*

## APÊNDICE METODOLÓGICO B - Variáveis democratismo

### 1. Adesão aos procedimentos de escolha

*Identificação:* JC1 - 2004/2006/2008/2010/212

*Redação:* Diante de desemprego muito alto seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?

*Codificação:* (1) se justifica e (2) não se justifica

*Recodificação:* (0) se justifica e (1) não se justifica

*Utilização:* Tabelas 10, 16, 17 e 18

*Identificação:* JC10 - 2004/2006/2008/2010/212

*Redação:* Quando há muito crime seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?

*Codificação:* (1) se justifica e (2) não se justifica

*Recodificação:* (0) se justifica e (1) não se justifica

*Utilização:* Tabelas 11, 16, 17 e 18

*Identificação:* JC10 - 2004/2006/2008/2010/212

*Redação:* Diante de muita corrupção seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?

*Codificação:* (1) se justifica e (2) não se justifica

*Recodificação:* (0) se justifica e (1) não se justifica

*Utilização:* Tabelas 12, 16, 17 e 18

### 2. Adesão Normativa ao voto

*Identificação:* AUT1 - 2004/2006/2008/2010/212

*Redação:* Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular é sempre o melhor. O que o(a) sr./sra. pensa?

*Codificação:* (1) Líder forte e (2) Voto popular

*Recodificação:* (0) Líder forte e (1) Voto popular

*Utilização:* Tabelas 13, 16, 17 e 19

### 3. Adesão à participação de todos

*Identificação:* DEM11 - 2004/2006/2008/2010/212

*Redação:* O(A) sr/sra. acredita que em nosso país faz falta um governo de “pulso firme”, ou que os problemas podem se resolver com a participação de todos?

*Codificação:* (1) Pulso Firme e (2) Participação de todos

*Recodificação:* (0) Pulso Firme e (1) Participação de todos

*Utilização:* Tabelas 14, 16, 17 e 20

### 4. Adesão ao regime democrático partidário

*Identificação:* DEM23- 2006/2008/2010/212

*Redação:* Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

*Codificação:* Escala de variação de 1 a 7 – (1) discorda muito e (7) concorda muito

*Recodificação:* Binária: (0) 1 a 4 e (1) 5 a 7

    Escala invertida: (1) concorda muito e (7) discorda muito

*Utilização:* Tabelas 15, 16, 17 e 21